

PLENÁRIO DO COMITÉ CENTRAL

Na reunião plenária de 13 e 14 de Outubro, o Comité Central do PCP examinou os resultados das eleições para a Assembleia da República e as suas consequências na situação política nacional.

O CC resolveu convocar para o dia 25 de Outubro uma Conferência Nacional do PCP para decisão em definitivo da atitude do PCP em relação às eleições presidenciais.

O CC aprovou um documento com as conclusões da análise e os resultados das eleições de 5 de Outubro e a nova situação política:

- Os objectivos políticos que presidiram à campanha eleitoral do PCP foram realistas e justos.
- A campanha eleitoral do PCP e da APU foi uma grandiosa afirmação de militância e capacidade de organização e influência de massas e abre largas perspectivas de trabalho.
- O carácter democrático das eleições foi gravemente comprometido pela actuação do governo reaccionário da «AD» pelo que a votação na «AD» não traduz a verdadeira opção política do eleitorado.
- Nas novas condições, a tarefa central, decisiva e prioritária é derrotar e impedir, portanto, a eleição do candidato «AD» à Presidência da República, general Soares Carneiro.

O documento do CC conclui: nas novas condições criadas pelos resultados das eleições do 5 de Outubro, o PCP continua a levantar com determinação a bandeira da luta contra a reacção e o fascismo.

Os resultados das eleições para a Assembleia da República e a nova situação política

Editorial

UMA Reunião plenária de dois dias o Comité Central do PCP acaba de examinar os resultados das eleições legislativas de 5 de Outubro e a situação política nacional delas decorrente.

Apesar do tempo submetido a um aprofundado exame crítico a actuação do Partido e o comportamento das suas organizações e militantes numa jornada de luta particularmente difícil e complexa.

Esse duplo exame possibilitou um esclarecimento da nova situação criada pelos resultados eleitorais da «AD», dos novos perigos e ameaças que pesam sobre o País e ao mesmo tempo das possibilidades reais existentes de os vencer e conjurar.

Particularmente, o CC debruçou-se sobre os perigos do fascismo resultantes da vitória eleitoral da Aliança reacçãoária e das condições em que foi obtida.

Nesta conjuntura as eleições de Dezembro para a Presidência da República assumem enorme importância. Derrotar o candidato da «AD» Soares Carneiro constitui a tarefa política central imediata e prioritária das forças democráticas.

Essa derrota é não só necessária como possível. Dado o agravamento de uma situação nacional qualitativamente nova e a necessidade de um aprofundamento mais vasto dos factores que a condicionam, nomeadamente do problema das eleições presidenciais, o CC decidiu convocar para o próximo dia 25 a Conferência Nacional do Partido.

Outras medidas foram encaradas para o reforço da organização, do trabalho ideológico e da ligação do Partido, às massas.

O documento que neste número do «Avante!» inserimos na íntegra encerra as conclusões fundamentais da Reunião Plenária do CC, constitui uma base necessária para o alargamento do debate, é um importante factor de esclarecimento dos trabalhadores e do povo português em geral acerca das questões essenciais da hora presente.

A discussão travada no seio do CC mostrou mais uma vez a profunda unidade de pensamento e de acção de todo o Partido e o elevado sentido de responsabilidade do seu órgão dirigente máximo no intervalo dos Congressos.

O CC registou a adesão de inúmeros novos militantes depois das eleições, de trabalhadores e portugueses que dessa forma quiseram manifestar a sua concordância com a orientação e as posições do PCP.

O CC do PCP põe em relevo os factores principais que condicionaram decisivamente os resultados eleitorais.

Particularmente, a manutenção do poder em período eleitoral do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral constituiu um erro gravíssimo de profundas consequências para a democracia portuguesa como a seu tempo prevenira o PCP.

A campanha eleitoral revelou sem margem de dúvidas a natureza antidemocrática e antipopular do Governo Sá Carneiro, a sua total falta de idoneidade para assegurar de maneira democrática a realização das eleições para a Assembleia da República.

A existência à frente do País de um Governo como o de Sá Carneiro afectou profundamente o carácter das eleições, reduziu a uma quase caricatura a seriedade e democraticidade do acto eleitoral, constituiu um factor de flagrante violação da vontade do povo português.

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral levou a cabo uma formidável manipulação eleitoralista do aparelho de Estado, dos recursos financeiros do País, dos órgãos de comunicação social estatizados.

A extensa e incompleta lista dos benefícios demagógicos concedidos nos últimos dias da campanha eleitoral e que vem inserida no documento do CC embora se destinem a ser anulados a curto prazo ludiram muitos milhares de portugueses, particularmente reformados e pensionistas, domésticas e desempregados que foram votar «AD» com receio de perderem no futuro tais benefícios, que perderão inevitavelmente se o Governo Sá Carneiro continuar por muito tempo à frente do País.

Se a isto juntarmos as pressões, agressões físicas, intimidações, fraudes, distorções de toda a ordem contra a livre expressão da vontade dos eleitores até ao derradeiro momento da entrada do voto nas urnas e no próprio apuramento dos resultados em numerosas assembleias de voto, tem-se uma ideia mais precisa das formas antidemocráticas como foi obtida a maioria parlamentar da «AD».

A demissão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral teria sido possível se os diversos órgãos de soberania e principalmente o PS que reclamou a demissão do Governo mas fez ouvidos de mercador às propostas concretas do PCP para serem accionados os mecanismos constitucionais da demissão ou exoneração do Governo, não tivessem dado mostras duma grave incompreensão acerca desta exigência fundamental para a realização de eleições democráticas.

A eleição para a Presidência da República mereceu a larga atenção e ponderação do Comité Central. A hipótese da eleição de Soares Carneiro para a Presidência da República agravaria ainda mais os perigos de fascização da sociedade portuguesa.

É evidente que as forças reacçãoárias encabeçadas pela «AD» e com o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral como ponta-de-lança, reforçadas agora pela obtenção de uma nova maioria parlamentar, irão ampliar e multiplicar todas as falcatruas e concessões demagógicas para fazer eleger o candidato do passado fascista como Presidente da República.

Os perigos do fascismo avolumar-se-iam se tal fosse conseguido, a Revolução portuguesa correria o risco de um colapso se as forças reacçãoárias dispusessem do controlo absoluto dos órgãos de soberania.

Esta ameaça real de destruição do regime democrático impõe, como sublinha o Comité Central, a cooperação, o entendimento e a unidade de todos os democratas e antifascistas e antes de tudo entre o PS e o PCP.

Barrar o caminho ao retorno do fascismo em Portugal implica criar as condições para derrotar o candidato das forças fascistas e neofascistas — Soares Carneiro — que pretendem de novo apoderar-se das alavancas do Poder.

O Comité Central do PCP sublinhou a importância e os resultados da campanha eleitoral da APU conduzida principalmente pelo PCP, como factor principal de aproximação aproximada das posições eleitorais anteriores e de contenção de um súbito impulso radical para a extrema-direita em resultado das eleições.

A campanha da APU evidenciou e pôs mais uma vez à prova o dinamismo e a capacidade realizadora da organização do Partido e o espírito de iniciativa de milhares de comunistas e amigos do PCP e contribuiu decisivamente para uma mais efectiva aproximação e ligação com as massas.

Estes factores positivos não puderam traduzir-se em resultados eleitorais favoráveis mas contribuíram de maneira determinante para reduzir os efeitos da demagogia da «AD», os efeitos corrosivos das concessões demagógicas do Governo Sá Carneiro e da sua pródiga sementeira de ilusões, e ainda para limitar as consequências eleitorais desfavoráveis da agressividade anticomunista dos círculos mais reacçãoários, visceralmente interessados na vitória da «AD».

A perspectiva da derrota da «AD» — objectivo ao alcance das forças democráticas — e uma dinâmica de vitória, foram factores essenciais de militância e mobilização da grande maioria do eleitorado da esquerda.

Apesar de sublinhar os aspectos positivos da campanha eleitoral do PCP e da APU o Comité Central chama a atenção para o conjunto dos factores que intervieram na quebra generalizada mas relativa de votos entrados nas urnas pela Aliança Povo Unido e delimita aquilo que foram insuficiências, falhas e erros próprios e o que foi oriundo da acção demagógica do Governo «AD» e das pressões reacçãoárias de toda a ordem, do fogo concentrado de todos os inimigos da democracia contra o PCP e a APU.

Igualmente pesaram nos resultados as posições anticomunistas e os ataques descabelados e insensatos ao PCP e à APU da parte de dirigentes socialistas dos mais destacados a começar pelo Secretário-Geral do PS, Mário Soares, e da FRS, que geraram entre largos sectores das forças democráticas em particular da franja eleitoral da APU, a falsa perspectiva da «maioria absoluta FRS».

A falência previsível desta falsa teoria é aliás a maior responsável pela derrota eleitoral das forças democráticas e a correspondente vitória da «AD».

O Comité Central do PCP aponta o caminho para superar tão depressa quanto possível os efeitos negativos da vitória eleitoral da Aliança reacçãoária.

As eleições são uma importante forma de luta nas condições do Portugal de Abril mas o factor determinante para a construção de um País livre, democrático, independente, rumo ao socialismo é a luta de massas, a unidade dos trabalhadores e dos democratas, o reforço e alargamento do movimento popular e democrático, o robustecimento do PCP como força decisiva na situação presente e na perspectiva previsível a curto e médio prazo.

O CC do PCP decidiu dentro deste último objectivo pôr como tarefas práticas imediatas:

- O reforço do trabalho de direcção;
- O melhoramento do trabalho de organização;
- A elevação do estilo de trabalho dos organismos e militantes do Partido;
- A intensificação do trabalho ideológico face à ofensiva ideológica da reacção e aos efeitos castradores e divisionistas das correntes pseudo-revolucionárias.

Nesta via, urgendo com determinação a bandeira de luta contra a reacção e o fascismo as dificuldades actuais serão vencidas, e os insucessos serão superados.

Álvaro Cunhal com os jornalistas

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participou na manhã de ontem, nas instalações do Centro de Trabalho Vitória, numa conferência de imprensa destinada a divulgar as conclusões da reunião plenária do Comité Central realizada segunda e terça-feira.

Na primeira parte da conferência de imprensa, o camarada Álvaro Cunhal — que se encontrava acompanhado pelo camaradas Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Aurélio Santos, do Comité Central — informou os jornalistas nacionais e estrangeiros, que acorreram em grande número às instalações do CT Vitória, das principais conclusões da reunião do Comité Central do PCP, contidas aliás num documento que lhes foi entregue no final da conferência e que publicamos na íntegra neste número do «Avante!».

Nesta intervenção inicial, o secretário-geral do PCP analisou os resultados das eleições de 5 de Outubro e as suas consequências para o futuro do regime democrático português. A propósito dos resultados,

o camarada Álvaro Cunhal sublinhou que o carácter democrático das eleições fora gravemente afectado pela actuação do Governo AD. Quanto às consequências desses resultados para o regime democrático, Álvaro Cunhal sublinhou que é real o perigo do fascismo que ameaça Portugal, tendo no entanto acrescentado que tal perigo, apesar de existir, não é iminente e pode ser conjurado.

No âmbito do futuro imediato, o secretário-geral do nosso Partido considerou ser tarefa prioritária, central e decisiva derrotar nas eleições presidenciais, Soares Carneiro.

O camarada Álvaro Cunhal respondeu seguidamente a várias questões que lhe foram colocadas pelos jornalistas, relacionadas nomeadamente com as eleições presidenciais, as opções de fundo da juventude, a decisão da votação na APU relativamente a 1979, o trabalho de massas desenvolvido no decorrer da campanha eleitoral.

Relativamente às eleições presidenciais e à posição do PCP acerca desta matéria, Álvaro Cunhal afirmou o que já tinha

anteriormente afirmado na introdução que lhe abriu a conferência de imprensa: o PCP só tomará uma posição definitiva na sequência da Conferência Nacional que, de acordo com a convocação do Comité Central, terá lugar no próximo dia 25 de Outubro. Esta conferência será precedida de um amplo trabalho preparatório em todas as organizações do Partido — trabalho esse que teve início nos dias imediatamente posteriores às eleições e que se destina, segundo as próprias palavras do secretário-geral do nosso Partido, a auscultar as opiniões que se respiram através de um amplo debate.

Quanto à opção da juventude, o camarada Álvaro Cunhal referiu ter esta questão sido objecto de grande atenção por parte do CC do PCP e que, no estudo até agora efectuado, não existe nenhum dado seguro que permita concluir ser para a direita a tendência da juventude portuguesa. Isto, apesar de ser visível em camadas da juventude urbana, nomeadamente na juventude do ensino secundário, uma certa radicalização à direita. Mas — conforme sublinhou o secretário-geral do PCP

— também as forças democráticas, e nomeadamente o PCP, fizeram uma campanha em grande parte alimentada pela força, dinamismo e entusiasmo da juventude.

A decisão geral mais moderada dos resultados eleitorais da APU foi também objecto de declarações do secretário-geral do PCP que, a este respeito considerou que, dos ganhos da APU registados entre 1976 e 1979 nas eleições de 5 de Outubro se tinham conservado cerca de dois terços, sendo explicada a perda de um terço pela situação diferente vivida em 2 de Dezembro de 1979 e 5 de Outubro de 1980.

Respondendo ainda às perguntas dos jornalistas, o camarada Álvaro Cunhal sublinhou ainda os vastos aspectos positivos da campanha eleitoral desenvolvida pelo PCP nomeadamente nos distritos onde se procurou eleger novos deputados. Apesar desse objectivo não ter sido alcançado, o secretário-geral do PCP frisou que o trabalho não foi inútil e que, através do grande trabalho político desenvolvido nessas zonas, se criaram raízes que no futuro darão os seus frutos.

Num concelho onde pela primeira vez houve fiscalização eleitoral a «AD» desceu 3,2 e a APU subiu 27,8%

No concelho de Oleiros, distrito de Castelo Branco, onde pela primeira vez houve fiscalização eleitoral, a «AD» desceu 3,2 por cento enquanto a APU subiu 27,8 por cento! Eis aqui um dado bem significativo acerca do modo como decorreu a votação de 5 de Outubro e que contribui, por outro lado, para uma melhor compreensão dos resultados em alguns distritos.

A revelação é feita num comunicado recentemente divulgado pela Direcção da Organização Regional da Beira Interior do PCP, onde se salienta:

«O obscurantismo, a coacção, o papel desempenhado por parte do clero, o transporte de eleitores, por vezes em viaturas oficiais, etc., voltaram a impedir que milhares e milhares de eleitores exprimissem o seu voto em consciência e sem pressões caciquieiras.

O modo como decorreu o acto eleitoral, entre outras pavorações, em Horta, Santo Amaro, Girabolhos, Azinhal, Grade, Alconçosa, etc. e, principalmente, os graves acontecimentos ocorridos por todo o Concelho de Oleiros, provaram que, logo que as liberdades democráticas estejam totalmente estabelecidas na Beira Interior, as forças democráticas ficarão muito reforçadas e, em muitos casos, largamente maioritárias.»

Outros pontos focados no citado documento:

«Os resultados eleitorais confirmaram o que o PCP já havia afirmado, de que o PS/FRS sozinho, não era uma alternativa democrática à «AD» e que, particularmente no Distrito de Castelo Branco, o aumento de votos obtido por esta força política em nada contribuiu para o reforço das posições democráticas na Assembleia da República.

A colúnia lançada pela «AD» e que o PS/FRS prontamente acolheu e ampliou a divulgação, de que a APU havia «resolvido o seu problema», deslocando para Castelo Branco eleitores de outros distritos a fim de assegurar a eleição do seu primeiro deputado, mais não visava que desmobilizar votos na APU, o que

também contribuiu para a não eleição do seu primeiro deputado por Castelo Branco e para a manutenção do quarto deputado «AD».

«O acto eleitoral do passado dia 5 de Outubro, mais uma vez demonstrou que a pulverização de votos democráticos por pequenos partidos, sem qualquer possibilidade de elegerem deputados, ou sequer de atingirem um montante global significativo, apenas facilita a eleição de deputados «AD» e enfraquece as forças democráticas em condições de travarem o passo às forças reacçãoárias e fascizantes.

Os 5736 votos dispersos pelos pequenos partidos e grupelhos eram no Distrito de Castelo Branco, mais do que suficientes para garantir a eleição do deputado APU, à custa do quarto deputado da «AD».

«A DORBI do PCP saúda calorosamente os militantes do PCP, da JCP e demais delegados da APU à fiscalização eleitoral nomeadamente os que, por vezes com risco da própria vida, como aconteceu no Concelho de Oleiros, contribuíram com o seu

exemplo de firmeza, decisão e convicções democráticas para a defesa das liberdades, do regime democrático e o maior desmascaramento de uma situação antidemocrática.

A DORBI do PCP saúda os militantes do PCP e da JCP, os membros do MDF/CDE, os activistas e eleitores da APU que, com o seu trabalho, dedicação, entusiasmo e votos contribuíram, de forma determinante, para a maior campanha eleitoral de massas jamais feita nesta região.

«A importante batalha em defesa da democracia, travada em torno das eleições para a Assembleia da República, mostrou o desejo de unidade existente entre muitos democratas e antifascistas, nomeadamente entre comunistas e socialistas.

A situação resultante das eleições do passado dia 5 de Outubro implicam o diálogo, a cooperação e entendimento de todos os democratas, de modo particular comunistas e socialistas, bem como a adopção de medidas concretas para a salvaguarda das liberdades e do regime democrático em Portugal.

É preciso lata, sr. Freitas! A APU foi a força mais votada nos bairros degradados de Lisboa

Apesar de o documento que as populações destes bairros não leram, nessas assembleias de voto, a vitória à coligação governamental.

Mais uma vez e a exemplo do que se passou nos outros actos eleitorais as forças de esquerda reuniram a esmagadora maioria dos votos expressos.

Em quase todos os bairros degradados de Lisboa a «AD» foi apenas a terceira força política mais votada, a uma distância considerável da APU e da FRS conforme os bairros. Apenas no bairro das Galvanas e na Charneca a coligação governamental aparece como a primeira força mais votada, mas aqui a soma de votos da APU e da FRS relegam aquela coligação para uma posição secundaríssima.

No bairro das Galvanas, a «AD» soma 265 votos contra 338 votos da APU e FRS. Na Charneca o panorama é idêntico: «AD» — 1406 votos contra 2581 da APU e FRS. Apenas nestes bairros da cidade de Lisboa a aliança reacçãoária aparece como força mais votada mas de qualquer maneira com um peso muito menor que a votação expressa nos partidos de esquerda.

Nos outros bairros o panorama é substancialmente diferente. A aliança reacçãoária surge sempre como terceira força.

A APU e a FRS alternam nas primeiras e segundas posições.

Votações

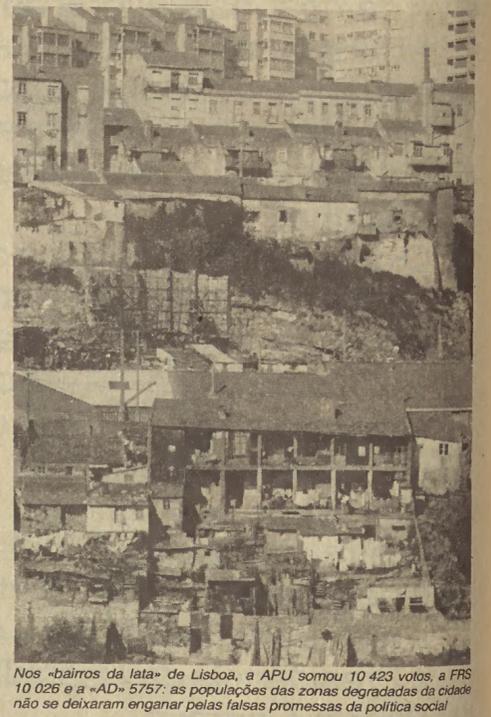
Musgueira Norte: FRS — 714; APU — 550; AD — 367.
Musgueira Sul: FRS — 693; APU — 659; AD — 399.
Galinheiras: FRS — 499; APU — 485; AD — 348.
Casal Ventoso: APU — 1935; FRS — 1571; AD — 1106.
Bairro Padre Cruz: FRS — 1100; APU — 806; AD — 543.
Bairro do Relógio: APU — 1753; FRS — 1640; AD — 849.
Bairro da Boavista: APU — 1292; FRS — 685; AD — 352.
Bairro Bela-Flor: APU — 346; FRS — 256; AD — 157.
Quinta da Calçada: APU — 204; FRS — 166; AD — 65.
Bairro da Liberdade: FRS — 1441; APU — 1411; AD — 1167.
Bairro Horta Nova: APU — 263; FRS — 232; AD — 99.
Bairro Chinês: FRS — 1029; APU — 719; AD — 305.

A análise destes resultados revela que a primeira força mais votada é a APU com 10 423 votos, seguindo-se a FRS com 10 026 votos e por último a «AD» com 5757 votos.

Isto prova à evidência que as populações daquelas zonas degradadas de Lisboa não acreditaram cegamente nas promessas demagógicas que o presidente da Câmara e membros do Governo andaram, em «tournées», a fazer.

Com a declaração de que os «bairros pobres» tinham votado maioritariamente na «AD», Freitas do Amaral pretende enganar quem?

Desmentindo estas declarações, o Comité Local de Lisboa do PCP tornou público, logo no dia 8 de Outubro, um comunicado em que se repunha a verdade sobre os resultados eleitorais verificados nestes bairros degradados da cidade de Lisboa, salientando nomeadamente que as populações das zonas degradadas da cidade não se deixaram iludir e ludibriar pelas falsas promessas de política social.



Nos «bairros da lata» de Lisboa, a APU somou 10 423 votos, a FRS 10 026 e a «AD» 5757: as populações das zonas degradadas da cidade não se deixaram enganar pelas falsas promessas da política social.

A "informação" ao serviço da "AD" símbolo e reflexo da política reaccionária

"Votar na AD é um dever" — clamava, em grande manchete de primeira página, no próprio dia 5 de Outubro, o "Correio da Manhã". Não se tratava precisamente de um título, mas aquela frase era o que efectivamente ressaltava da leitura de dois títulos colocados deliberadamente lado a lado e compostos em tipos semelhantes. Tratava-se de uma grosseira manipulação,

parte qualquer intenção de, ainda que minimamente, ao menos aparentar uma certa independência e objectividade, empenhou-se despididamente na sistemática adulteração e encobrimento das propostas políticas e das iniciativas da APU e do PCP e das forças democráticas em geral. Neste tipo de "cobertura" da campanha eleitoral um

título: "Assim se garante a Democracia". Por baixo, o jornal inseria uma grande fotografia da manifestação da "AD" na Alameda, realizada na véspera, também violando assim as disposições legais que impõem uma pausa na propaganda eleitoral no dia anterior ao acto do voto. No fim de contas, esta acção esteve longe de constituir uma novidade, limitando-se a confirmar

publicarem os resumos programáticos das forças concorrentes às eleições! Referimo-nos às forças democráticas, claro, pois as outras dispunham quotidianamente de todo o espaço necessário à sua propaganda...

Os números e os factos

Escusado será dizer que nos dias seguintes às eleições

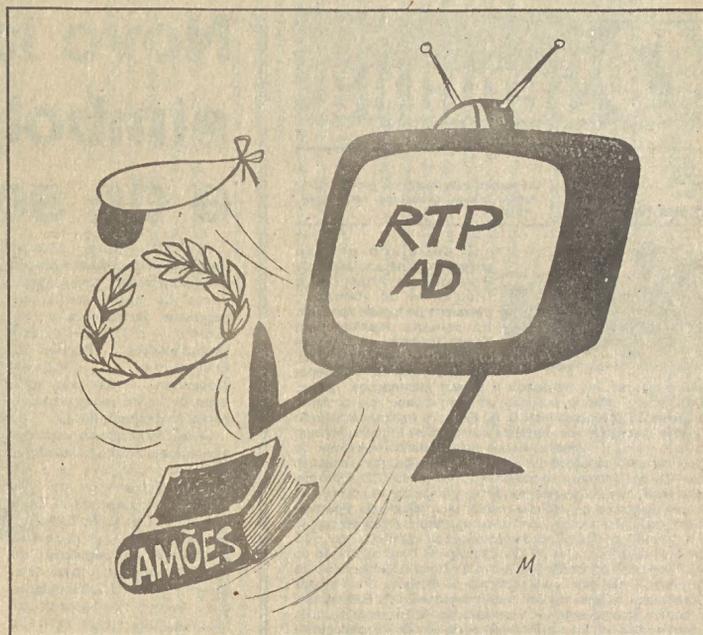
A verdade é que a APU desceu, é certo, mas perdeu muitíssimo menos votos do que a direita reaccionária tinha previsto e, claro, desejado. Pois não era, por exemplo, o melifluo Nuno Rocha que, no "Tempo", afirmava que a APU "não vai ter mais do que 10 por cento"? E Sá Carneiro, afinando pela mesma bitola, não tinha dito num comício no Porto que "o PCP é um partido dos 10 por cento"?

A imprensa reaccionária (e não só esta, diga-se em abono da verdade) tem-se referido à "grande derrota da APU" e à "grande vitória da AD". Como se uns tivessem descido muito e os outros subido muito. E, no entanto, que dizem os números? Dizem que a APU desceu 121 272 votos e que a "AD" subiu 119 724 votos. O que, numa perspectiva global, significa que a APU baixou pouco e a "AD" também pouco cresceu.

(Já que falamos nestes números, diga-se de passagem que eles se têm prestado nas apreciações de alguns dirigentes socialistas a interpretações deveras curiosas. Empenhados em fazer esquecer o seu significativo desaire eleitoral — não esqueçamos que a FRS prometia a maioria absoluta e agora diz que está muito contente por ter ficado na mesma — esses dirigentes acentuam a torto e a direito a "grande ascensão" da APU, a que alguns até chamaram "queda livre". Simultaneamente, afirmam que a "AD" pouco subiu. Ou seja: praticamente os mesmos números — cerca de 120 mil votos — servem num caso para uma interpretação, e noutro caso para outra!)

O escândalo da RDP

O caso da comunicação social estatizada assume, obviamente, particular gravidade. A este respeito, nomeadamente no que se refere à RTP, e à sua manipulação pelo governo antes e durante a campanha, já quase tudo foi dito. As 12 horas para o governo e a "AD" e os 30 minutos



Na RTP da «AD», os saneamentos não conhecem limites...

para o PCP e a APU entre 17 de Julho e 15 de Setembro, permanecerem como um exemplo flagrante da "equidade" na atribuição dos tempos de antena. Mas passadas as eleições a "AD" já está de novo a carregar no acelerador, tendo em vista o controlo cada vez mais apertado da informação.

No centro da luta

"O governo seguirá uma política de verdade e pluralismo em matéria de comunicação social, valorizando, na medida em que isso de si dependa, o trabalho e a competência sobre o sectarismo e a fidelidade partidária. O governo compromete-se a respeitar os direitos e liberdades constitucionalmente garantidos, em particular os direitos da oposição". Isto assim, preto no branco, era o que a "AD" proclamava no seu programa de governo. Como desde há muito é evidente, a prática foi precisamente a inversa daquilo que as intenções anunciavam. Foi e está a ser. Tal prática resume-se no seguinte: negação de direitos de partidos políticos, de órgãos constitucionalmente previstos e recusa de cumprimento de leis aprovadas na Assembleia da República; política de saneamento de gestores e de profissionais da informação

Sublinhe-se ainda, citando a insuspeita fonte que é o "Expresso", que "na RDP foram durante os últimos tempos admitidos a prazo mais 49 jornalistas conotados com a coligação governamental, estando por isso neste momento o equilíbrio de forças totalmente favorável à AD".

Substituição por homens de confiança da "AD"

prática de censura e de sonegação da informação; repressão dos trabalhadores; política de asfixia económica das empresas públicas do sector; degradação do conteúdo das programações; manipulação da informação e política de mentira; particular acento nas discriminações contra o PCP. Sem vergonha nem pruridos, a direita reaccionária consubstanciada na "AD" levou até às últimas consequências a aplicação de um princípio que um dos seus "ideólogos" recentemente enunciou do seguinte modo: "No último quartel do século vinte há que atender, e entender, que é na televisão que as eleições se ganham" (Manuel de Portugal no "Tempo"). A "AD" quis dominar a comunicação social para ganhar as eleições, e ganhou as eleições, em parte, porque dominou a comunicação social: esta serviu-lhe para esconder os poderes, ocultar as críticas, ampliar a demagogia. É por tudo isto que, nos difíceis tempos que se aproximam, a luta pela reposição da legalidade na comunicação social estatizada e por uma informação livre e digna, se deve enquadrar necessariamente na luta mais geral pelo desmascaramento e derrota da "AD" e pela defesa e consolidação da democracia e do Portugal de Abril.

"O Primeiro de Janeiro" é um boletim da "AD"?

"O Primeiro de Janeiro" comunicou à CNE a sua intenção de publicar matéria respeitante à campanha eleitoral. A partir daí e nos termos da Lei Eleitoral deveria dar a todas as candidaturas um tratamento jornalístico não discriminatório. É sabido que "O Primeiro de Janeiro" pertence, por via de capitais da Alemanha Federal através do chamado «IDL», ao CDS. Porém, como não ostenta no cabeçalho o seu carácter partidário, não pode, nos termos da lei, favorecer de forma sistemática uma das candidaturas. A fazê-lo, como o fez, está a iludir os leitores, apresentando-lhes propaganda partidária disfarçada de informação.

Estes — e outros factos — que comprovam a descarada manipulação que a «AD» e o seu governo realizaram antes, durante e depois da campanha eleitoral são denunciados numa recente Nota da SIP da DOR do Porto do PCP relativa ao escandaloso comportamento de «O Primeiro de Janeiro» no período da campanha eleitoral. A citada Nota, depois de sublinhar o carácter abertamente antidemocrático do domínio e manipulação dos órgãos de comunicação social estatizados e da maior parte dos privados por parte da «AD» e do seu governo, afirma: Independentemente de uma apreciação da actuação do conjunto e de cada um dos órgãos de comunicação social do Porto que revelará oportunamente, a SIP da DOR do PCP chama desde já a atenção da opinião pública para o que foi a actuação, de aberta e frontal ilegalidade de «O Primeiro de Janeiro» durante a campanha eleitoral, informando que a candidatura da APU pelo distrito do Porto vai reclamar de tal situação para a Comissão Nacional de Eleições.

A Nota da SIP da DOR do PCP refere seguidamente os fundamentos de tal atitude, de entre os quais se salientam: Ao longo do período da campanha eleitoral «O Primeiro de Janeiro» ocupou um total de 49 226 linhas com a actualidade política e eleitoral, tendo dedicado a cada uma

das candidaturas o seguinte espaço: AD — 37 264 linhas (75,7 por cento); FRS — 5.958 linhas (12,1 por cento); APU — 1758 linhas (3,5 por cento); Outras — 4.246 linhas (8,7 por cento).

Tais números — CONCLUI a SIP da DOR — facilmente comprováveis, demonstram que «O Primeiro de Janeiro» funcionou durante a campanha como um autêntico boletim de propaganda da «AD» e do seu governo. Outros factos são, porém, igualmente denunciados na Nota da SIP da DORP: entrevistas de página inteira com dirigentes e apoiantes da «AD» como Freitas do Amaral, Amaro da Costa, Sá Carneiro, Ribeiro Teles, Montalvão Machado, João Porto, Pinto Balsemão, Helena Roseta, Morais Leitão, Luís Barbosa e outros; o editorial do último dia da campanha apelava abertamente ao voto na «AD»; inclusão, na edição de 2 de Outubro, de publicidade comercial encimada pela indicação «vota AD», o que é expressamente proibido nos termos da lei.

A candidatura da APU foi, pelo contrário, manifestamente determinada por «O Primeiro de Janeiro» — refere a Nota da SIP da DORP. Para além dos dados já revelados, há a assinalar a sistemática omissão e deturpação das posições essenciais da candidatura da APU, bem como a manifesta hostilidade com que, salvo raríssimas excepções, aquele jornal tratou as posições e a actividade da APU. E a Nota prossegue: Assim, das 1758 linhas dedicadas à candidatura da APU pode afirmar-se que uma parte considerável foi utilizada objectivamente como propaganda contra esta candidatura.

A forma sistemática que assumiu a propaganda da «AD» e a discriminação em relação à APU nas páginas de «O Primeiro de Janeiro» constituíram uma clara e frontal violação da Lei Eleitoral, bem reveladora das práticas de manipulação que o CDS, por intermédio da administração e da direcção quando não mesmo directamente, impõe naquele jornal — refere a SIP da DORP a finalizar.

desrespeitando de forma ostensiva as normas legais relativas ao comportamento da imprensa no período eleitoral, mais concretamente, neste caso, no próprio dia das eleições. Mas este é apenas um exemplo do que foi a actuação da imprensa reaccionária durante as últimas semanas.

Total desrespeito pela lei

Com efeito, tal imprensa, pondo manifestamente de

lugar de destaque foi ocupado pelo matutino fascizante "O Dia", entre todos os diários aquele que mais flagrantemente se empenhou nas discriminações anticomunistas, nos ataques ao PCP e à APU e na descarada propaganda da "AD".

Aliás, a "gracinha" acima referida do "Correio da Manhã" não foi inédita. Já na véspera, 4 de Outubro, precisamente "O Dia" havia feito uma semelhante, ao publicar a toda a largura da primeira página o seguinte

a notória incapacidade da direita reaccionária de praticar um jornalismo que não seja feito à imagem e semelhança, tanto no conteúdo como nos métodos, da política dos respectivos partidos. Deve acentuar-se que, para além do mais, o respeito pelas leis é coisa que não existe para os pasquins em causa. Viu-se já pelos exemplos citados. Mas há mais: basta dizer que, na sua grande maioria, os referidos pasquins nem sequer se deram ao "incómodo" de, tal como a lei obriga,

o "festival" anticomunista e antidemocrático destes jornais tem continuado sem qualquer abrandamento. Agora, como seria de prever, o "prato forte" é a "interpretação" dos resultados eleitorais. A descida de votação da APU é colorida com a adjectivação mais negra que se possa imaginar. Quem apenas conhecesse as eleições do dia 5 pelo que estes comentaristas têm escrevinhado, ficaria com a ideia que a APU praticamente desaparecera do mapa eleitoral...

Aliança reaccionária pediu votos em troca de dádivas e promessas de última hora

Já aqui o dissemos: o Governo da «AD» lançou mão das alavancas do poder do Estado e dos recursos de que dispunha, acumulados na base do trabalho dos portugueses, para rematar a sua campanha eleitoral, através de medidas concretas cujo carácter demagógico escapou aos atingidos: beneficiados imediatamente por medidas tomadas e divulgadas à beira das urnas, eleitores vacilantes entregaram os seus votos aos «beneméritos». O carácter demagógico de tais medidas concretas, habilmente dissimulado por uma propaganda que o próprio Governo manobrava através da comunicação social estatizada, enganou alguns retirando-lhes a perspectiva dos difíceis tempos futuros e fazendo esquecer a outros que os benefícios alcançados tinham muitas vezes sido objecto de lutas e representavam também o resultado vitorioso das pressões sociais e políticas exercidas sobre o executivo de Sá Carneiro e Freitas do Amaral.

Nem só promessas

Retirados da imprensa democrática ou recolhidos na informação que nos chega, abundam os exemplos da acção

eleitoralista da direita. Muitas promessas envolveram os portugueses, sobretudo aqueles que constituem as camadas a que se convencionou chamar de mais desfavorecidas. Não faltaram nos bairros degradados, eufemismo que designa os aglomerados populacionais comumente conhecidos como «bairros da lata», os programas de urbanização, o andar prometido para substituir a barraca de madeira. Aqui, como o provam as votações obtidas, as promessas não funcionaram, os moradores votaram à esquerda e a APU saiu vencedora, apesar das descaradas mentiras, na noite de 5 para 6 de Outubro, de Freitas do Amaral.

Mas nem só de promessas viveu a campanha «AD». Os reformados obtiveram pagamento de pensões retroactivas, os escassos aumentos foram reais. Salário mínimo, subsídios de desemprego, ordens de processamento das pensões dos rurais aos serviços dos CTT até ao dia 2, reduções de impostos que aumentaram proporcionalmente aos salários, e foram significativas em camadas médias, tudo serviu como espécie de «pagamento adiantado» do voto «AD». Se a maioria dos portugueses não deu o seu voto à direita — a «AD» não conseguiu chegar aos 50 por cento, obtendo mesmo assim mercê do método de Hondt a maioria confortável da Assembleia —, se a classe operária e os democratas mais esclarecidos recusaram embarcar na demagogia, não é menos certo que as dádivas funcionaram.

Gasóleo para o burro

Um exemplo entre os muitos, do que foi a «operação gasóleo», abundantemente propagandeada pela «AD»: um pequeno agricultor de Évora recebeu 1700\$00 de subsídio de gasóleo. Como o não tinha pedido, foi devolvido-lhe. Responderam-lhe: «Deixe lá, fique com o dinheiro, sempre serve para alimentar o burro»...

Mais há mais. E com menos graça. Uma das manobras de última hora, precisamente realizada no último dia da campanha eleitoral e prontamente desmascarada no mesmo dia pela coordenadora da APU de Torres Vedras, foi a que envolveu a iniciativa do secretário de Estado das Obras Públicas. A coordenadora «AD» daquele concelho do distrito de Lisboa anunciava nesse dia a adjudicação da construção das Escolas Secundária e Preparatória de Torres Vedras, ainda para este ano e a concessão de um subsídio de 30 000 contos aos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras para a construção do seu novo quartel!

Referindo-se a estas duas promessas de última hora, a coordenadora APU considerava-as medidas de grande interesse, caso viessem a concretizar-se. Alertava porém as populações para o carácter demagógico das mesmas, ao mesmo tempo que recordava o facto de, na última sessão da Assembleia Municipal, quando precisamente se discutia a passagem de prioridade de construção das referidas escolas para 1983, decisão arbitrária dos representantes do

Governo «AD», os elementos da Aliança reaccionária presentes na Assembleia Municipal abandonaram-na, enquanto os vereadores da mesma aliança ali presentes afirmavam que o lançamento das escolas não era feito este ano porque o projecto não estava concluído... Oito dias depois, o secretário de Estado afirmava que a obra seria adjudicada ainda este ano.

E quanto ao subsídio aos bombeiros de Torres Vedras, o documento publicado pela coordenadora APU pergunta: Se há um despacho do Governo com mais de vinte dias, concedendo 30 mil contos para a obra do quartel, porque razão só no último dia da campanha esse despacho é conhecido?

Pelas mesmas razões, certamente, que levaram o Governador Civil de Lisboa a anunciar, também nos últimos dias da campanha —, e isto é apenas um exemplo — a atribuição de vários subsídios na mesma área: 380 contos para águas em Santana da Carnota; 100 contos para uma estrada na mesma localidade; 150 contos para a Casa do Povo de Vale Benfeito; 300 contos para a colectividade do Pereiro de Palhacana; 75 para a colectividade de Santana da Carnota; 150 contos para a Igreja de Cabanas de Torres; 100 contos para a colectividade da mesma terra; 15 contos para o Teatro de Camarnal; 150 para uma escola de Murteira, 120 para a colectividade local e 200 para o Clube de Vilar. E 1500 contos para Casa do Povo de Murteira.

Galileu

contribuiu decisivamente para um melhor conhecimento do Mundo em que vivemos



No entanto muito há ainda por descobrir.

REVISTA INTERNACIONAL

A revista indispensável para se saber como vai o Mundo



Um mundo de informação, à venda todos os meses

Semana

8 Quarta-feira 1979 - O Presidente da República, general Ramalho Eanes, inicia uma visita oficial a França.



Pescadores do «Denebe» à espera

É noticiado que se encontram já na embaixada de Portugal em Argel os 15 tripulantes do «Denebe», pesqueiro português apreendido na semana passada pela Frente Polisário ao largo da costa do Saará Ocidental; o Ministério dos NE do Governo «AD», que se tem recusado a prestar informações, quebra finalmente o silêncio emitindo um comunicado que confirma a libertação dos pescadores. ■ Sá Carneiro reafirma à agência France Press que «se demitirá» do cargo de Primeiro-Ministro caso o general Ramalho Eanes seja reeleito Presidente da República. ■ A propósito das aruaças provocadas por elementos da «AD», no Porto ontem e anteontem, a DORP do PCP emite uma nota onde, nomeadamente, se afirma que «os trabalhadores e as forças democráticas saberão manter uma atitude de vigilância e firmeza, afirmando em todas as circunstâncias a sua disposição em defender as liberdades democráticas conquistadas com o 25 de Abril e consagradas na Constituição». ■ Uma delegação do PCP composta por Domingos Abrantes e Górgio Duarte parte para Bruxelas, na Bélgica, para participar no Encontro dos Partidos Comunistas e Operários dos países capitalistas da Europa, que decorrerá amanhã e depois naquela cidade. ■ Em conferência de imprensa, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa contesta o «optimismo» do MEC a propósito do reinício das aulas nos ensinos preparatório e secundário, lembrando que nomeadamente em Lisboa, Almada, Barreiro, Linha de Sintra, Vila Franca de Xira, Setúbal e Santarém a grande maioria dos alunos não começaram ainda as aulas, o que só deverá verificar-se a partir da próxima semana. ■ Os maquinistas da CP entram em greve por tempo indeterminado, convocada pelo seu sindicato (paralelo); a Federação dos Sindicatos Ferroviários declara-se, entretanto, alheia a esta paralisação.

9 Quinta-feira 1810 - O general Massena põe cerco a Abrantes, mas as tropas portuguesas, os habitantes e algumas forças inglesas defendem-se energicamente, obrigando os franceses a debandarem para Espanha.

Os 25 sindicatos subscritores do pré-aviso de greve da RTP prevista para todo o dia de amanhã decidem desconvocar a paralisação após um comunicado ameaçador do CG da empresa e uma intensa campanha de intimidação sobre o pessoal da televisão desencadeada pelos «homens de mão» de Prouença de Carvalho; entretanto os sindicatos afirmam-se dispostos a «desencadearem as formas de luta necessárias à reposição de um clima de legalidade e respeito pelos trabalhadores da RTP». ■ Em reunião da Assembleia Geral, os jornalistas mandaram a direcção do seu sindicato para criar a dinâmica necessária ao endurecimento da luta pela revisão do Contrato Colectivo de Trabalho (CCT), caso as respectivas negociações não sejam desbloqueadas rapidamente.

10 Sexta-feira 1854 - Morre Almeida Garrett.

Continua a greve dos maquinistas da CP, que afecta directamente mais de 600 000 utentes desta empresa pública, com o Governo da «AD» sem conseguir resolver o conflito. ■ Em comunicado, o secretariado nacional do MDM exige a punição dos responsáveis pelas agressões que atingiram mulheres da APU e da FRS no decurso da campanha e do acto eleitoral. ■ São consumadas algumas «substituições» nas chefias de noticiários da RDP, que acentuam o domínio da «AD» sobre os serviços de Informação da emissora do Estado. ■ O dirigente do PSD e presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, afirma à ANOP que o PSD açoriano «decidirá em breve» a sua posição face às eleições presidenciais. ■ Chegam a Lisboa, num avião fretado à Air Algérie, os 15 pescadores do «Denebe» que desde 26 de Setembro passado se encontravam em poder da Frente Polisário.

11 Sábado 1978 - Entra em vigor a Lei que proíbe as organizações que perfilhem a ideologia fascista

Em conferência de imprensa, a Federação dos Sindicatos Ferroviários denuncia que um «acordo cozinhado» entre o Governo e a direcção do sindicato paralelo dos maquinistas, afecto à «AD», é que mantém os comboios parados, procurando dar ao Governo um pretexto para reprimir os trabalhadores, em geral, e os da CP em particular, tanto mais que estão em curso negociações para a revisão contratual do pessoal ferroviário. ■ A República da Guiné-Bissau propõe à Tabacqueira Nacional a formação de uma sociedade mista para a instalação e exploração de uma fábrica de tabaco manufacturado em Bissau. ■ O Conselho de Informação para a RDP requer a esta estação emissora que indique os critérios e respectivo suporte legal da diferenciação de tempos de antena atribuídos aos candidatos presidenciais.

12 Domingo 1906 - Morre em Lisboa, com apenas 42 anos de idade, o jornalista e publicista Heitorodoro Salgado, defensor do mutualismo e das ideias republicanas.

O ministro dos Transportes e Comunicações do Governo «AD», Viana Baptista, vai à televisão «anunciar» que «se goraram», mais uma vez, as negociações mantidas entre os representantes do Governo, do CG da CP e do Sindicato paralelo dos maquinistas, pelo que se mantém os comboios da CP paralisados. ■ Abre oficialmente em todo o país a caça à lebre, ao coelho e à perdiz. ■ A Cooperativa Agro-Campo Maior inaugura um lagar de azeite com uma capacidade de laboração diária de 30 000 kg de azeitona, num investimento de 15 000 contos quase totalmente financiado pelo governo holandês, devido ao empenho de instituições daquele país solidárias com a Reforma Agrária.

13 Segunda-feira 1866 - Morre em Lisboa, com 55 anos de idade, o escritor Francisco Manuel de Melo.

A Direcção da Organização Regional da Beira Interior (DORBI) do PCP considera que a campanha e os resultados eleitorais nos distritos de Castelo Branco e Guarda desafiaram a ligação do PCP à população da Beira Interior, interessaram nas suas propostas e objectivos novas camadas da população, o que se traduziu num reforço das posições democráticas nesta região do país. ■ É posto em liberdade Arnaldo Silva Rodrigues, o militante do PSD que matou a tiro o jovem Américo Faria Fernandes e feriu um outro jovem, na sequência de aruaças desencadeadas pela AD na baixa portuense para celebrar a comemoração da maioria na AR. ■ Em conferência de imprensa o MDP/CDE, manifestando-se contra uma candidatura presidencial de cariz partidário, considera que o general Ramalho Eanes, dos candidatos presidenciais até agora conhecidos, é o que se apresenta «como um candidato nacional, em melhores condições para garantir o equilíbrio e o apaziguamento social e respeitar o funcionamento democrático do país».

1918 - Morre, nos Açores, Carvalho Araújo, oficial da Marinha Mercante, quando o caça-minas «Augusto de Castilho», que comandava, foi atacado por um submarino alemão.

Termina a reunião plenária do Comité Central do PCP que ontem começou, para análise da situação política decorrente dos resultados das eleições legislativas do passado dia 5 de Outubro. ■ Na qualidade de Presidente da República, o general Ramalho Eanes dá uma conferência de imprensa. ■ Reúne-se pela terceira vez após as eleições de 5 de Outubro a comissão coordenadora da FRS, a fim de fazer uma análise dos resultados eleitorais. ■ Termina a greve dos maquinistas da CP após ter sido obtido um acordo entre o Sindicato dos Maquinistas (paralelo) e o CG da CP, com o aval do Governo.

Novo lagar da Agro-Campo Maior símbolo da resistência à ofensiva e da solidariedade internacional

A Agro-Campo Maior, cooperativa de comercialização e transformação, que engloba cerca de meio milhar de pequenos agricultores e três UCPs - «Unidade dos Trabalhadores», «Popular de Ouguela» e «Vasco Gonçalves» - tem um novo lagar de azeite inaugurado no passado domingo, dia 12.

Desde 1977 que os pequenos agricultores enfrentam sérios problemas para a transformação da sua produção de azeitona. A UCP «Unidade dos Trabalhadores» é que lhes ia moendo a azeitona. A população do concelho recorda como lhes foram criadas as dificuldades que estrangulavam os pequenos agricultores produtores de azeite:

- Em 1975, o Centro Regional da Reforma Agrária cederá aos pequenos agricultores da Agro-Campo

Maior instalações abandonadas há anos: a adega há nove anos e o lagar sem laborar há três. Sob gestão da cooperativa, estas instalações começaram a laboração e desenvolveram-se até que, em 1977, por obra do ministro Barreto, foram retiradas aos pequenos agricultores, numa acção violenta que fez correr sangue (inclusive uma criança de sete anos foi ferida por agrários) e cedidas ao agrário Tello Gama e a uma cooperativa da CAP.

DA HOLANDA: ESTE APOIO, ESTE EXEMPLO

A população de Campo Maior recorda. E tirou as lições inerentes a esta memória, quando da inauguração do novo lagar no passado domingo.

Para além da sua capacidade de laboração diária de 30 mil quilos de azeitona, para além da capacidade de armazenamento de 140 mil litros de azeite, o lagar da Agro-Campo Maior tem uma outra dimensão que o torna um símbolo nos tempos áridos que se vivem em terras da Reforma Agrária: é que este lagar é resultado simultâneo da combatividade dos pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, é resultado da sua unidade. É resultado da capacidade a nível da produção da Metalurgia Duarte Ferreira e da sua Comissão de Trabalhadores. E é ainda de uma forma fundamental resultado da solidariedade internacional que, tão intensamente, nos tem vindo da Holanda.

É verdade: dos 15 000 contos investidos no novo lagar, a maior parte foi

oferecida pelo governo holandês, segundo um programa de financiamento aprovado no parlamento.

Esta sensibilização do governo holandês foi tomada possível graças ao apoio activo que organizações democráticas holandesas, sobretudo de meios universitários católicos, têm prestado à Reforma Agrária.

Estão neste caso, os professores e alunos das Universidades de Nimege, de Wageningen, do Instituto dos Estudos Sociais de Haia, o jornal Tulipa Vermelha, a Comissão de Emigrantes de Apoio à Reforma Agrária, os grupos de apoio de Haia e Amesterdão, o «Portugal Comité» de Wageningen e ainda a CEBEMO, cujo lema se sintetiza nestes termos: «A Terra foi dada por Deus para o bem da Humanidade». A CEBEMO, organização que

reune o Commissariado Holandês das Missões Católicas no Exterior, Acções de Ajuda dos Bispos Holandeses ao Terceiro Mundo, Fundação da Ajuda aos Países em Desenvolvimento e Missão Papal na Holanda e a CARITAS, foi fundamental nesta acção de solidariedade da qual surgiu o novo lagar.

Mas o novo lagar da Agro-Campo Maior é ainda um outro símbolo: o da capacidade produtiva dos trabalhadores portugueses, capacidade desprezada e sufocada por governos de direita. É que este lagar foi equipado exclusivamente com material de fabrico nacional produzido pela Metalurgia Duarte Ferreira, o que constitui um caso único: foram construídas quatro tulhas com capacidade para 120 toneladas de azeitona; o processo de transformação dura apenas cerca de uma hora,

exigindo menor armazenamento e multiplicando a produtividade. É uma prova de como a Metalurgia Duarte Ferreira possui capacidade para a produção nacional de máquinas e equipamento agrícola, uma vez feita a completa reconversão para a qual os trabalhadores apontam desde 1975 e que os sucessivos governos de direita frustraram.

Foi no domingo a inauguração deste novo lagar da Agro-Campo Maior. Presentes a população trabalhadora, as suas organizações de classe e um professor holandês em nome das organizações solidárias.

Foi no domingo que se abriu à laboração o novo lagar. O lagar da combatividade, da resistência à ofensiva, o lagar da solidariedade internacional.

Holanda: cresce solidariedade à Reforma Agrária

Está a decorrer desde Setembro, na Holanda, uma grande campanha de defesa e solidariedade com a Reforma Agrária, organizada pela Comissão de Emigrantes de apoio à Reforma Agrária, de Amesterdão, pelos grupos de apoio de Haia e Nimega e pelo Portugal Comité Wageningen.

Esta campanha, programada desde Maio último, quando da visita de representantes dos trabalhadores agrícolas das UCPs/Coop., inseriu-se numa vasta acção de solidariedade

que tem vindo a verificar-se por parte das forças democráticas holandesas através da divulgação da situação da Reforma Agrária e da sensibilização da opinião pública para a defesa desta conquista fundamental do 25 de Abril. Estes quatro grupos de solidariedade apelaram aos partidos políticos na Holanda, aos sindicatos, aos Órgãos de Comunicação Social para fortalecerem a solidariedade dos trabalhadores das UCPs/Coop. e protestarem

contra a tenaz ofensiva desencadeada pelo Governo «AD».

A presente campanha incluiu já a distribuição de milhares de folhetos em festas no sul da Holanda, nomeadamente em Hilvarenbeek e em Amesterdão, esta organizada pelo jornal «A Verdade», durante as quais foram organizadas exposições fotográficas e projecções de diapositivos. Na campanha integrou-se também uma grande acção de propaganda na

universidade e na cidade de Nimege, com a colaboração de muitos jovens que trabalharam voluntariamente nas UCPs/Coop., no último verão. Na semana de 5 a 11 de Outubro realizaram-se seis sessões de esclarecimento nos bairros mais importantes de Wageningen, acompanhadas de uma acção de propaganda e de distribuição de trinta mil folhetos e mais de mil cartazes e de uma campanha de angariação de fundos cuja meta se situava nos 150 contos. Estes

fundos destinam-se a apoio jurídico às UCPs/Coop., apoio aos trabalhadores agrícolas desempregados por causa das reservas, a manutenção das creches e jardins de infância e cantinas para reformados na zona de intervenção.

O lema destes grupos de apoio à Reforma Agrária, lema que se tem revelado mobilizador junto da opinião pública, é «Sustenta um Portugal livre Hoje! Apoia a Reforma Agrária!». Recordemos, a propósito, que

a Holanda tem sido um dos países da Europa capitalista onde mais amplas acções de solidariedade se têm desenvolvido, como é exemplo a grande campanha de abaixo-assinados (3 677 assinaturas de democratas holandeses e belgas) reivindicando o fim dos ataques à Reforma Agrária, a devolução às UCPs/Coop. de todas as terras, máquinas, gados e produtos usurpados e a expropriação dos 700 000 ha ainda nas mãos dos grandes agrários.

Ministério da Educação «esquece-se» das escolas primárias do Barreiro

O Barreiro é presentemente um exemplo extremo das dificuldades com que se debate o Ensino Primário no nosso país: o número médio de alunos por turma é de 71; o espaço livre nas salas de aula é quase nulo; embora o seu funcionamento (em regime normal) apontasse para turmas das 8 e 25 às 16 e 35, a verdade é que as aulas estão a decorrer neste momento, no mesmo horário, em regime duplo, com duas turmas, e algumas mesmo em regime triplo, portanto com três turmas; não há equipamento escolar suficiente; há obras ainda por terminar; reduz-se o tempo de permanência da criança na escola, aumentando assim o insucesso escolar e as repetências, prejudicando o desenvolvimento harmonioso das crianças e dificultando a acção dos professores.

Este preocupante balanço é apresentado num documento recentemente divulgado pela Câmara Municipal do Barreiro, onde se explica em síntese as causas do problema, que toca de perto não só as crianças e os professores, como as autarquias locais e «todos aqueles que se interessam pelo progresso e o futuro do nosso Povo».

O Município barreirense apresenta algumas razões fundamentais. Em primeiro lugar, «porque o Poder Central não tomou medidas adequadas que permitissem concluir e equipar em devido tempo quatro escolas primárias

iniciadas há alguns anos: Vila Chã, Quinta da Lomba, Quinta da Amoreira, e Paiva».

Desde Janeiro de 1979 - e aqui entramos num segundo aspecto - que o Governo não assegurou a construção de novas escolas primárias aprovadas e incluídas no próprio Plano do Ministério da Educação e Ciência e que segundo a legislação existente é da sua competência. Recorde-se que um dos departamentos do MEC é a Direcção-Geral das Construções Escolares!

A explicação do problema não fica por aqui. Acrescenta a Câmara Municipal do Barreiro, como terceiro ponto, que a demagógica resolução 314/80 da Presidência do Conselho de Ministros, publicada em 1 de Setembro, e que indica quais as condições de financiamento de 5 milhões de contos (empréstimo às autarquias com juros de 17 por cento, depois de lhes ter retirado 5 milhões de contos...), destinados a obras de águas, esgotos, higiene e limpeza, habitação social, viação rural, além de estabelecimentos de ensino básico (juro de 12 por cento), obras essas a executar a nível de todo o país, não define nem o montante a atribuir à construção de escolas primárias incluídas no Plano do próprio MEC, nem quais as escolas a construir e cujo financiamento e arranque compete ao Poder Central garantir.

Como última, mas não

menos importante, razão evocada pelo Município surge o facto do MEC ter decidido a matrícula obrigatória de todas as crianças com idade superior a 5 anos e 9 meses. Quer dizer: alarga-se o período escolar das crianças e o número de alunos nas escolas primárias (o que à partida parece correcto), mas «esquece-se», por exemplo, as deficientes condições das unidades escolares, e a falta de salas de aula (cerca de 15 mil em todo o país).

O esforço da Câmara e do Sindicato dos Professores

Em oposição à política negativa e às indefinições do MEC, a Câmara vem desenvolvendo, em colaboração com outros órgãos do Poder Local e as estruturas representativas dos professores, um intenso trabalho com acções concretas, orientadas para a resolução das questões mais alarmantes.

No início de 1979 o Município expôs directamente a situação existente à Direcção-Geral das Construções Escolares que informou não existir qualquer Plano aprovado para a construção no Barreiro de novas escolas, no cumprimento da deliberação governamental.

Em Maio de 1980 aquele departamento do Ministério da Educação confirmou a referida posição. Em meados de 1980, apesar da falta de medidas a nível do Poder Central e do

corde de milhares de contos no seu orçamento, a Câmara deliberou concluir a construção da escola e cantina da Quinta da Lomba e proceder à reparação de outras escolas e à aquisição de equipamento escolar diverso. Esta acção só pôde ser iniciada em Agosto devido à necessidade de se garantirem os meios quer em mão-de-obra, quer em materiais: respectivamente 6 8 trabalhadores (Câmara/cooperativas) e 4 600 contos.

Neste momento, o saldo da actividade da Câmara é francamente positivo: «já se conseguiram concluir quase todas as obras, adquiriu-se o equipamento escolar mais necessário e vão-se adquirir mais cadeiras e carteiras».

Por seu turno, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) também apresentou a situação ao Ministério da Educação, reivindicando a responsabilização deste órgão governamental para a resolução do problema. Já no final do passado mês de Setembro decorreu uma importante reunião com elementos da Assembleia Municipal, Câmara, Juntas de Freguesia, Delegação Escolar, professores das escolas primárias do concelho, Direcção Distrital Escolar de Setúbal, Sindicato dos Professores e Inspector do MEC. Face à grave situação existente, foi ali deliberado analisar a viabilidade de



Entre outras consequências, os graves problemas que afectam o Ensino Primário no Barreiro (onde é de 71 o número médio de alunos por sala de aula) originam a redução do tempo de permanência da criança na escola, aumentando assim a perspectiva do insucesso escolar e das repetências, prejudicando o desenvolvimento harmonioso dos alunos e dificultando a já de si complicada tarefa dos professores

alternativas de solução: alugar e adaptação de estabelecimentos comerciais, utilização de instalações de colectividades e clubes, montagem de pavilhões pré-fabricados, construção de escolas definitivas.

Além de ter concluído da necessidade de uma audiência com o ministro da Educação, aquele encontro manifestou-se pela informação objectiva e regular aos encarregados de educação e à população em

geral sobre as origens do problema e o andamento das acções para a sua resolução, apelando ainda para que os pais manifestem compreensão e solidariedade quanto às iniciativas desenvolvidas e a desenvolver proximoamente pelas autarquias locais e professores do concelho, não esquecendo as graves consequências que poderão ocorrer caso o Poder Central, e em particular o Governo, não tome medidas concretas e imediatas.

Cinema soviético

«Um pouco de música» e «Extremo Oriente soviético» são os filmes a exhibir amanhã, às 21 e 30, na sessão organizada pela Associação Portugal-URSS, na Rua de S. Caetano, à Lapa, 30, em Lisboa. A entrada é livre.

Camaradas falecidos

MARIA RATO - Faleceu recentemente a militante comunista Maria Esteves Cunha Rato, de 74 anos, mulher do camarada António Rato. Vítima de um ataque cardíaco, Maria Esteves, residente em Lisboa, foi uma dedicada militante que durante os difíceis anos da ditadura fascista prestou grandes serviços ao Partido, nas condições de clandestinidade.

CARMINDO CLÁUDIO - Com 47 anos, faleceu por motivo de doença, no passado dia 10 o camarada Carmindo Cláudio, operário da Quimigal (Barreiro), militante do Partido desde 1957.

Natural de S. Bartolomeu de Messines, Carmindo Cláudio foi um militante activo e dedicado, tendo sido preso pela PIDE em 1958.

CONCEIÇÃO AFONSO - Faleceu no passado dia 12 a nossa camarada Conceição Branco Bartolo Dias Afonso, residente em Lisboa, companheira de Fernando Dias Afonso e irmã de Irene Bartolo Russel, Maciolianda Branco Bartolo e Oliver Branco Bartolo.

Aos familiares dos camaradas falecidos apresentamos as nossas sentidas condolências.

Inicia-se hoje, em Lisboa

«Quinzena da Cultura e da Paz»

Por iniciativa da Comissão de Desarmamento do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), inicia-se hoje na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, uma exposição-venda de obras de arte e livros de conhecidos artistas plásticos e escritores portugueses contemporâneos.

Esta realização, que se prolongará até ao último dia de Outubro, destina-se a assinalar o 35.º aniversário da fundação da Organização

das Nações Unidas (ONU). Nos últimos anos, a data tem vindo a ser celebrada sob a denominação de «Semana Mundial do Desarmamento», com início a 24 de Outubro, integrando diversas acções a favor da luta contra a corrida aos armamentos.

Entre nós, são os trabalhadores intelectuais que este ano vão participar activamente na «Semana do Desarmamento» tendo muitos deles oferecido trabalhos para venda

e recolha de fundos. Entre outros, garantiram a sua colaboração Carlos Botelho, Cipriano Dourado, Clementina Carneiro de Moura, Cutileiro Dourid, Eduardo Neri, João Hogan, Sá Nogueira e Querubim Lapa (artistas plásticos) e Urbano Tavares Rodrigues, Nuno Bragança, Maria Judite de Carvalho, Manuel da Fonseca, Luís Francisco Rebelo, José Cardoso Pires, Eugénio de Andrade, Diniz Machado e Augusto Abelaira (escritores).

Pontos altos do programa

O dr. Rui Grácio fala hoje à noite na sessão de abertura, estando previstos para os dias 21 e 28 dois interessantes colóquios, ambos com início às 21 e 30, em que serão abordados, respectivamente, os seguintes temas: «Arte e Paz-Que Relação» e «O Escritor e a Problemática da Paz».

No dia 31, à mesma hora, decorrerá a sessão solene comemorativa da Semana de Desarmamento da ONU.

CRISE E QUEDA DOS GOVERNOS PS

Volume I
DA CONTRA-REVOLUÇÃO LEGISLATIVA À FORMAÇÃO DO GOVERNO PS/CDS

Volume II
O GOVERNO PS/CDS

CDL a distribuição

REVISTA INTERNACIONAL

N.º 7/JULHO 1980

JÁ A VENDA EM TODO O PAÍS

Leia neste número:

- Um artigo de Rodney Arismendi sobre a actualidade da teoria leninista.
- Informações sobre os últimos Congressos dos partidos comunistas da Dinamarca e do Panamá.
- Uma vasta informação estatística sobre as posições dos partidos da direita na Europa Ocidental.
- O significado da reabilitação de Liu Shaoqi pelos dirigentes chineses.

Nos dez anos da CGTP-IN

- Prosseguem as comemorações por todo o País
- Forte apelo à unidade de massas por objectivos comuns



As comemorações do décimo aniversário da CGTP-IN, iniciadas em 1 do corrente com uma sessão solene na Voz do Operário em Lisboa, prosseguirão por todo o País até ao próximo dia 26. Entre as iniciativas programadas para os próximos dias destacam-se dois espectáculos, depois de amanhã, no Coliseu dos Recreios, um torneio de futebol de onze e uma sessão cultural em Coimbra, também no próximo sábado, comícios no mesmo dia, em Peniche, Caldas da Rainha, Leiria, Coimbra e Castanheira de Pera e, no domingo, 19, um comício, à tarde, na Marinha Grande. Relevo terá ainda, em data a anunciar brevemente, um espectáculo no Porto, organizado pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses.

O significado e o alcance deste aniversário já mereceram algum destaque nas páginas do «Avante!». O mesmo

sucedeu com a mobilização e participação que suscitou entre as massas trabalhadoras em período eleitoral, marcando bem o facto de a CGTP-IN ser hoje e continuar a ser no futuro uma força indispensável para a defesa e consolidação do regime democrático e para o avanço do progresso social, nascidos com a Revolução de Abril. Mas os dez anos da Intersindical Nacional, para além dos actos comemorativos de vária ordem, que incluem um número especial da revista «Alavanca» com documentos e depoimentos inéditos relativos à história da formação da CGTP-IN, ganha, neste período repleto de perigos e ameaças de novo tipo contra os fundamentos da democracia, contra direitos, liberdades e conquistas tão duramente defendidas pela classe operária e os outros trabalhadores, um significado político e uma

responsabilidade de que nenhum trabalhador deve alhear-se. Como sublinha o Executivo da Central, num documento que é objecto de um artigo nesta página, na situação actual «torna-se cada vez mais imperioso e urgente um reforço da unidade dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical, que aumente a nossa determinação, a nossa capacidade de luta e resistência, a nossa força, que se oponha e derrote os intentos do grande patronato, dos latifundiários e das multinacionais». Não é apenas da unidade orgânica que se trata. Está em causa a necessidade consciente de entender o apelo à unidade como um apelo de massas, um apelo à consciência que reside na defesa comum de interesses comuns e objectivos, capazes de resistir e de vencer a ofensiva da direita que nenhuma máscara poderá esconder.

Força para enfrentar novos perigos e ameaças – adverte o Executivo da CGTP-IN

Numa primeira tomada de posição posterior às eleições de 5 de Outubro, os dirigentes da CGTP-IN, «sem prejuízo da análise que o plenário do secretariado nacional irá efectuar», adiantam que, dada a natureza das forças detentoras do poder político (a Central refere-se concretamente ao Governo) e o seu servilismo face aos nossos inimigos de classe, os direitos dos trabalhadores e do povo português em geral encontram-se confrontados com novos perigos e ameaças.

O executivo da Central, que considera «correcta e justa a intervenção e o empenhamento do Movimento Sindical Unitário na campanha eleitoral», aponta como exemplo desses perigos e ameaças, «a tentativa de imposição de um novo diploma sobre duração e organização

temporal do trabalho, o qual, entre outras medidas, prevê a existência de horários que poderão ir até às 12 horas diárias, o fim do domingo como dia de descanso semanal obrigatório e até (pasmem-se!) a possibilidade de prestação de trabalho sem retribuição».

Quando às «medidas de carácter social tomadas pelo Governo à boca das urnas», os dirigentes da CGTP-IN consideram essas medidas (parciais e tardias) um efeito imediato do «esclarecimento e denúncia das acções desenvolvidas pelo Governo».

Mas essas medidas do Executivo eleitoral da «AD» instalada no próprio Governo, postas em prática poucos dias antes das eleições (o ser carácter demagógico é conhecido) não resultaram – salientam os dirigentes da Inter – de qualquer alteração

do conteúdo de classes das forças que esse Governo representa, ou seja do grande patronato, dos latifundiários e das multinacionais. Pelo contrário. O Governo «AD» limitou-se a aproveitar «demagógicamente o período eleitoral» e não alterou o essencial da sua política que consiste, nomeadamente, na baixa do poder de compra, no aumento dos despedimentos e dos contratos a prazo, nas tentativas de destruição da Reforma Agrária e das nacionalizações. Sendo certo que essas medidas de carácter social, parciais e tardias, «não

correspondem às reais intenções da «AD», salientam os dirigentes da CGTP-IN, o Governo não descurará a tentativa de exigir o pagamento da respectiva factura aos trabalhadores e ao povo português. Daí os novos perigos e ameaças de que fala a comissão executiva do secretariado nacional da CGTP-IN. Daí uma situação que exige rapidamente «um reforço da unidade dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical, que aumente a nossa determinação, a nossa capacidade de luta e de

resistência, que aumente a nossa força, que se oponha e derrote os intentos do grande patronato, dos latifundiários e das multinacionais». O comunicado do executivo da Central termina com uma nota de firmeza e confiança nos trabalhadores portugueses, nas suas organizações sindicais e na CGTP-IN, que, através da sua luta e da que desenvolvem as forças democráticas e progressistas, continuarão a defender «o respeito pelas normas democráticas, o cumprimento da Constituição, o prosseguimento do Portugal de Abril».

Comerciantes exigem ser ouvidos na questão dos horários de trabalho

- Pedido alargamento do prazo de discussão
- Posição muito crítica perante o anteprojecto

O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais, que realizou recentemente o seu terceiro Encontro ao nível do distrito de Lisboa, não foi consultado pelo Ministério do Comércio e Turismo sobre a «liberalização» dos horários de trabalho projectada pelo Governo «AD». Tendo uma palavra indispensável a dizer sobre o assunto, aquela organização, cuja representatividade é indiscutível, acaba de exigir a prorrogação até ao fim de Fevereiro de 1981 do prazo para discussão do anteprojecto que o Governo designa por «duração e organização temporal do trabalho».

O Movimento, nas conclusões para o comércio, aprovadas no terceiro Encontro, reivindica, numa das suas alíneas, que antes de decisões governamentais de facto consumado, como está a procurar fazer-se com os horários para o comércio, sejam ouvidas as instituições associativas, nomeadamente o Movimento (MPMCI) que tem em carteira estudos actualizados para as transformações de fundo. A prorrogação até fins de Fevereiro próximo de um assunto de extrema importância para muitos milhares de comerciantes é inteiramente justificável pela necessidade de debater em profundidade o anteprojecto. «Outubro, Novembro e Dezembro – afirma o Movimento num comunicado – é o período de maior actividade comercial e essencial para refazer negócios que no resto do ano não vão bem». Não é naturalmente nesses meses que os pequenos e médios comerciantes vão ter tempo disponível para debater o mais largamente possível um anteprojecto sobre o qual têm

uma posição muito crítica e negativa pelos prejuízos que pode trazer aos proprietários de pequenas lojas em benefício exclusivo dos grandes grupos financeiros e das multinacionais. O Movimento, uma semana antes do seu terceiro Encontro realizado em 21 de Setembro findo, tivera o cuidado de pedir uma entrevista ao ministro do Comércio e Turismo «para análise específica desse assunto» dos horários. Até à última terça-feira, esse pedido não fora ainda atendido pelo titular da pasta do Comércio e, ainda segundo o Movimento, não se conhece «qualquer iniciativa das nossas associações de classe para auscultar os comerciantes, nem qualquer posição que haja sido assumida por qualquer das suas direcções» sobre o assunto.

Publicadas as conclusões do terceiro Encontro. Num folheto de dez páginas distribuído recentemente, os pequenos e médios comerciantes e industriais, unidos no Movimento (MPMCI's), publicam as

conclusões do seu terceiro Encontro e assinalam a repercussão dessa iniciativa, designadamente em grande parte da Imprensa diária, e, por outro lado, consideram o Encontro «um grande e muito importante acontecimento na vida do Movimento e na acção dos pequenos e médios empresários em defesa dos seus direitos e na sua oposição a medidas que venham agravar ainda mais a sua situação e pôr em perigo a sua sobrevivência». Uma opinião expressa durante o Encontro, pode dizer-se que com insistência por parte de muitos participantes «que quase enchiam por completo a sala de sessentos lugares» do Pavilhão dos Congressos do Estoril é a de que a política económica até agora seguida, naquilo que respeita aos pequenos e médios empresários, já deu provas de que não serve e que tem que ser alterada. «Com muito larga expressão», concluiu-se que essa alteração deve ser feita na base dos princípios do nosso Estado democrático, isto é, com a colaboração activa da classe, a qual deverá ser sempre auscultada sobre as medidas

decisivas para a sua vida, e isso através das associações e outras organizações, como o Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais. O Movimento, que durante

o terceiro Encontro reafirmou mais uma vez o seu rigoroso apartidarismo, nomeadamente pela voz do seu presidente, apresentou duas listas de reivindicações, uma para o comércio, outra para a indústria, que fez chegar aos órgãos de soberania e aos departamentos governamentais do sector económico. Dessas reivindicações destacamos:

Para o comércio

- Combate eficaz à inflação com contenção dos preços por forma a garantir o poder de compra dos consumidores, que o mesmo é dizer a garantir as vendas do comércio retalhista.
- Intervenção eficiente dos organismos de coordenação económica no sentido de assegurar o abastecimento de produtos essenciais e o controlo efectivo dos preços nos grandes fabricantes e importadores.
- Moralização dos circuitos de distribuição, combatendo os intermediários especuladores, as cadeias clandestinas e fraudulentas, as falsificações de produtos, o contrabando e o roubo.
- Regulamentação das grandes superfícies comerciais (supermercados e centros comerciais), controlando a sua implantação de acordo com o planeamento urbanístico e garantindo sempre os direitos dos comerciantes já estabelecidos; a prioridade de instalação em condições razoáveis àqueles que o pretendam ou, quando o desejem, a sua justa indemnização se sujeitos a encerramento por concorrência.

Política de crédito que coloque os pequenos e médios comerciantes em situação de justa igualdade em relação aos grandes investidores com créditos para reestruturação e equipamento e taxas de juro bonificadas.

Substituição das actuais normas gerais que constituem o presente Estatuto do Comerciante por um novo Estatuto a elaborar com audição e parecer dos interessados, por forma a torná-lo um instrumento eficaz, não apenas na definição de obrigações, mas também dos direitos dos comerciantes.

Para a indústria

- Que seja alterada a política monetária, financeira e de crédito de forma a pôr a banca nacionalizada ao serviço do desenvolvimento do País, sem discriminação dos pequenos e médios industriais.
- Dinamização do regime de saneamento das pequenas e médias indústrias.
- Elaboração de programas de encomendas promovidas pelos sectores público e empresarial do Estado

e dirigidas às PME's (pequenas e médias empresas).

- Medidas de apoio aos pequenos e médios industriais no abastecimento regular de matérias-primas essenciais e estratégicas em melhores condições de preços, em qualidade e em quantidade, e que, por outro lado, apoiem o escoamento dos seus produtos na exportação.
- Que após necessárias alterações ao Estatuto do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais) essas indústrias (PME's) venham a ter um apoio mais forte na reorganização das suas empresas.
- Que a Previdência Social seja alargada a todos os empresários, com todas as regalias que comporta.
- Limitámo-nos a destacar algumas das 24 reivindicações aprovadas por unanimidade e aclamação no Terceiro Encontro.

N. da R. — As palavras ou expressões sublinhadas destinam-se apenas a facilitar a leitura e são da responsabilidade do «Avante!».

Três datas num ano que hoje faz dez

Em 1 de Outubro de 1970 era convocada em Lisboa a primeira reunião de direcções sindicais representativas, isto é, eleitas pelos próprios sócios sem interferência directa do fascismo. Esse primeiro documento, que inicia uma época de grandes lutas do Movimento Sindical, era assinado por 4 Sindicatos, todos de Lisboa: Caixaeiros, Lanifícios, Metalúrgicos e Bancários. Em 11 de Outubro de 1970 realiza-se esse primeiro encontro nacional. Comparecem 14 Sindicatos. Uma nova expressão e uma nova realidade surgem nesse dia: a Reunião Intersindical, nome escolhido no próprio encontro. Duas datas são, ainda nesse ano de 1970, pilares do que é hoje a Central unitária de todos os trabalhadores. Em 15 de Novembro, na terceira Reunião Intersindical, são aprovados os primeiros documentos contra a ofensiva desencadeada pelo fascismo através dos decretos-leis 492/70 e 502/70. Os documentos de protesto e repúdio (a Inter era ainda nesse ano um organismo semi-legal) foram enviados aos Ministérios das Corporações e da Justiça e ao Presidente do Conselho. A outra data desse ano de 1970 é 19 do mês seguinte. Uma «Comissão Organizadora Central» constitui-se nesse dia. As novas adesões à Intersindical passarão a ser apresentadas pelos membros já integrados na primeira e única confederação sindical que apareceu durante o fascismo, para a ele se opor e contribuir para a sua derrota. Dez anos se passaram. Porventura muitos se terão esquecido do que representavam então aqueles decretos fascistas recusados na terceira Reunião Intersindical. Em poucas palavras, devemos ainda recordá-los. O primeiro (492/70) obrigava a que o presidente do tribunal arbitral, que até aí era nomeado pelas partes (Sindicato e Grémio), passasse a ser designado pelo Ministério das Corporações. O governo fascista de Marcelo Caetano passava a intervir directamente na contratação colectiva para defender sem concessões os interesses do grande capital. O decreto seguinte (502/70) autorizava a «liberalização» marcelista a suspender direcções sindicais legalmente eleitas, a encerrar sindicatos, a nomear «comissões administrativas» de fidelidade canina às ordens do fascismo. A partir daí (e antes da intensa acção repressiva que a levou à clandestinidade) a acção da Central que, em Janeiro de 1971 já convocava 41 Sindicatos, incidiu sobretudo na luta pela contratação colectiva, contra a censura (o Sindicato dos Jornalistas foi um dos fundadores da Inter) e pelos direitos e garantias fundamentais, pelos horários de trabalho e pela liberdade sindical. Começava bem a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses.

Um perfil em números

Em Março de 1980, à data do seu terceiro Congresso, a CGTP-IN tinha 201 sindicatos filiados. Esse total representa 1 500 103 trabalhadores de todos os ramos de actividade. Segundo números fornecidos pela Central, há hoje no nosso País 338 sindicatos (incluindo os «paralelos» gonelhistas ou não; muitos deles representam os fundadores e mais ninguém). Somadas, essas associações sindicais englobam 1 969 060 sindicalizados. Dessa massa sindical (83 por cento dos trabalhadores por conta de outrem) 76,2 por cento estão na Intersindical. Através dos Sindicatos que nela estão filiados, a CGTP-IN representa, em relação ao respectivo total, 93 por cento dos operários, 79 por cento dos trabalhadores dos transportes, 52 por cento dos trabalhadores dos serviços e 36 por cento dos quadros técnicos, intelectuais e artistas. Os 137 sindicatos não filiados na CGTP-IN representam 469 952 trabalhadores (24 por cento). Mas entre eles há 61 que participam regularmente nas lutas e acções da Central unitária. Esses 61 sindicatos representam 180 245 trabalhadores.

Um prato caro demais

- O «proveito» da CP
- Proteger direitos e formas de luta

A «AD» prepara-se para fazer pagar muito caro o prato eleigoeiro que ofereceu à boca das urnas. O «pacote laboral» tão querido do titular da pasta do Trabalho e de todo o Governo tem aspectos ainda por revelar. Mas entre a escuridão de alguns projectos são bem claros desde já os objectivos principais. Com o «projecto de decreto-lei sobre duração e organização temporal do trabalho» já se sabe com o que se pode contar. Já aqui revelámos até onde o Governo quer ir no ataque a direitos fundamentais

dos trabalhadores. Mas não seriam só eles os atingidos se o projecto vingsse. Os pequenos patrões do comércio estão também sob o fogo da «AD» e do seu servilismo de que já deu provas sobejas relativamente aos grandes grupos financeiros e às multinacionais. Entre os aspectos ainda obscuros da ofensiva desenha-se com mais nitidez um assalto directo às liberdades e garantias sindicais nas empresas e serviços, a começar pelos serviços públicos. A par da

ameaça contra a lei da greve, é a organização sindical nos locais de trabalho, são os delegados sindicais e os seus organismos que estão ameaçados. São os contratos a prazo que se agravam. É ver, por exemplo, o que se passa na CP, com a greve isolada dos maquinistas, e com os anúncios nos jornais pedindo reformados e retomados para conduzirem os combóios «a prazo». É ver o papel que o Governo «AD» desempenhou nessa greve e o aproveitamento que dela pretende extrair para atacar

a lei da greve e tornar ineficaz essa forma de luta legal e garantida pela Constituição. A paralisação dos maquinistas foi decidida por um pequeno sindicato paralelo, criado para combater a unidade dos mais de 20 mil trabalhadores da CP. Não estão em causa as justas reivindicações dos maquinistas como as dos restantes (a grande maioria) dos trabalhadores da CP. O que se condena, como de resto o fez a Federação dos Sindicatos Ferroviários, é o divisionismo

acalentado pelo Governo para atacar junto da opinião pública (metendo tudo no mesmo saco) os direitos mais indispensáveis à defesa dos interesses dos trabalhadores. A liberalização dos despedimentos (o caso da Standard/ITP é transparente), os bloqueamentos e boicotes à contratação colectiva (jornalistas, Petrol, EDP, EPAL, CP), a repressão em empresas atingindo sobretudo os representantes dos trabalhadores, são, entre outras, algumas das

promessas que a CIP, CAP, CCP esperam que este Governo cumpra. Mas há forças para combater esse cumprimento. O Movimento Sindical unitário, a unidade das massas trabalhadoras a determinação dos órgãos representativos dos trabalhadores nas empresas e serviços têm força, organização e unidade para contrariar esses projectos, para não pagar a conta que a «AD» pretende apresentar à maioria do povo português.

Vinte e um partidos comunistas reunidos dois dias em Bruxelas debateram a situação na Europa

“A crise, a integração europeia e as lutas operárias e democráticas” foi o tema a que se subordinou o recente Encontro de Partidos Comunistas dos Países Capitalistas da Europa, realizada em Bruxelas, na Bélgica, nos passados dias 8 e 9, com a participação de vinte e um partidos comunistas, entre os quais o PCP.

No decorrer dos trabalhos do Encontro que se revestiu de grande interesse e utilidade, as delegações tiveram ocasião de proceder a uma ampla troca de informações com base nas diversas experiências face ao agravamento da crise geral do capitalismo e aos seus efeitos sobre as condições de vida dos trabalhadores e das camadas não monopolistas da população dos respectivos países. Foi sublinhada a gravidade das ameaças que pesam sobre a paz mundial, decorrentes do agravamento da crise capitalista e da perigosa escalada de guerra fria e de corrida aos armamentos desenvolvida nos últimos tempos pelas forças reaccionárias e agressivas do imperialismo. Foi igualmente sublinhada a necessidade de se

consagrarem esforços com vista a iniciativas concertadas para o reforço da unidade do movimento comunista internacional e das forças democráticas e revolucionárias com o objectivo de defender as condições de vida dos trabalhadores, combater as tendências autoritárias e antidemocráticas que se acentuam com o agravamento da crise do capitalismo e derrotar as manobras aventureiras do imperialismo contra a liberdade, o progresso e a paz.

O PCP esteve representado por Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e por Gorjão Duarte, suplente do CC. A delegação portuguesa apresentou uma informação ao Encontro, de que a seguir se sintetizam os principais aspectos.

recuperação capitalista e de liquidação das conquistas revolucionárias. Tendo à nossa disposição os meios essenciais para conjurar qualquer hipótese de catástrofe económica e social, ela continua a ameaçar o povo português enquanto não forem tomadas medidas adequadas. Mas, para que estas sejam possíveis e coroadas de êxito, é preciso que o poder político esteja identificado, de facto, com essas novas estruturas, não obstaculize a sua dinâmica própria e leve à prática

programas económicos ajustados à solução real dos problemas económicos do povo português. É também preciso que se apoie na participação dos trabalhadores e não governe contra os trabalhadores. Não basta nacionalizar os monopólios. Não basta expropriar as terras dos latifundiários e entregá-las a quem a trabalha.

É imprescindível, para que o processo revolucionário não seja travado, formar um governo unitário e um poder político democrático homogéneo capaz de se opor vitoriosamente aos inimigos internos e externos da revolução de Abril.

O PCP e a adesão de Portugal à CEE

São de ordem económica e política as razões que nos levam a ser contrários à adesão de Portugal à CEE.

Em termos económicos, e sem entrarmos na análise por sectores, temos à cabeça das objecções não só o atraso económico actual do nosso país, como o facto dos níveis de produtividade da economia portuguesa se encontrarem muito abaixo dos níveis de produtividade dos países do Mercado Comum.

Em termos políticos, somos contra a adesão de Portugal à CEE essencialmente por dois motivos:

Em primeiro lugar porque a adesão tem servido de pretexto para sucessivos ataques ao próprio regime democrático; às nacionalizações (nomeadamente à banca e aos seguros); à Reforma Agrária; às conquistas dos trabalhadores no campo laboral e no campo sindical e à própria

Constituição Portuguesa. Em segundo lugar, porque a transferência de soberania do Estado português para órgãos institucionais do Mercado Comum; a aplicação das políticas comuns ditadas pelos interesses das grandes multinacionais (em especial nos domínios agrícola e comercial); as dificuldades inevitáveis colocadas à realização do projecto constitucional português cujo conteúdo colide em muitos aspectos com a Europa dos monopólios — representariam um retrocesso de Portugal ao tempo do antes do 24 de Abril, traduzindo-se na prática na colocação de uma nova coleira cuja trela ficaria presa às mãos das grandes potências europeias.

A independência política e económica seriam postas em causa e Portugal ver-se-ia condenado a continuar a ser um parente pobre, um porteiro à porta do clube dos ricos.

A luta em Portugal e a luta na Europa

A defesa da independência nacional e uma política externa de paz e amizade com todos os povos constitui uma direcção fundamental da luta do movimento operário e popular em Portugal.

A política de recuperação capitalista, visando no plano interno a restauração do poder económico e político dos monopólios e dos latifundiários, tem sido acompanhada, no plano externo, por uma política de recuperação imperialista. Com o governo dos partidos reaccionários esta política transformou-se em aberta submissão e conluio com o imperialismo contra a revolução portuguesa e de

activa participação nas campanhas anti-soviéticas e de agudização da situação internacional.

Os partidos reaccionários procuram a todo o custo no exterior o apoio que lhes falta no País, procuram submeter Portugal aos mecanismos supranacionais da NATO, da CEE, do FMI com o objectivo deliberado de impedir a expressão livre e independente da vontade do Povo português. É isto que têm em vista ao colocarem como objectivos centrais a sua política externa não só «a entrada acelerada de Portugal para a CEE», mas também e sobretudo «o reforço da



A luta dos trabalhadores portugueses é inseparável da luta à escala mundial pela democracia, a independência nacional, o progresso social e o socialismo

participação de Portugal na NATO e o fortalecimento da «solidariedade atlântica» na qual insistem que Portugal tem um papel fundamental a desempenhar pela sua posição estratégica, designadamente no que respeita às ilhas dos Açores e da Madeira».

A luta do Povo português em defesa da independência nacional e contra a submissão de Portugal ao imperialismo é parte integrante da luta mais geral da luta pela paz, pelo

desarmamento, contra a política aventureirista e agressiva dos círculos mais reaccionários do imperialismo norte-americano e da NATO, da solidariedade activa com todos os povos em luta pela sua emancipação nacional e social.

É vice-versa. Os avanços no terreno do desarmamento, do desarmamento e da cooperação internacional — que a reacção em Portugal procura sabotar — vêm-os como um factor que favorece a nossa própria luta.

A específica situação portuguesa

O que distingue hoje a democracia portuguesa das democracias burguesas da Europa capitalista, é o facto de entre nós terem sido eliminados os monopólios (a começar pela banca e seguros, e se ter avançado profundamente com a Reforma Agrária na zona de predomínio dos latifúndios. Hoje, em Portugal, a tarefa histórica da classe operária, à frente de todo o povo trabalhador, não é já combater e destruir o poder dos monopólios, antes defender e consolidar as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário e as restantes conquistas revolucionárias.

A luta dos trabalhadores tem um conteúdo qualitativamente novo no Portugal democrático. Não se caracteriza apenas pelo seu carácter reivindicativo e economicista: os trabalhadores lutam por desempenhar um papel activo na resolução dos grandes problemas nacionais, intervêm no processo de funcionamento e recuperação das empresas, defendem o seu empenhamento e o controlo operário as nacionalizações. A unidade dos trabalhadores e do seu movimento sindical tem sido decisiva para o êxito da luta de massas e o principal obstáculo à política de



Os trabalhadores erguem-se em luta, em toda a Europa capitalista, contra a degradação das suas condições de vida, decorrente do agravamento da crise do capitalismo



O PCP representado no VI Congresso e no 35.º aniversário do Partido do Trabalho da Coreia

Por ocasião da realização do VI Congresso e da passagem do 35.º Aniversário da fundação do Partido do Trabalho da Coreia, o Comité Central do Partido Comunista Português saudou fraternalmente o Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia tendo à sua frente o camarada Kim Il Sung e, por seu intermédio, os comunistas e o povo trabalhador coreano — afirma-se numa saudação dirigida pelo CC do PCP ao CC do PTC e ao camarada Kim Il Sung, Secretário-Geral e fundador do Partido.

O VI Congresso, coincidente com as celebrações do 35.º aniversário daquele partido, decorreu nos últimos dias em Pyongyang, capital da República Democrática e Popular da Coreia, tendo o PCP estado representado por uma delegação de que faziam parte Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Luísa Araújo, suplente do CC.

Pela reunificação da Coreia

Na saudação afirma-se ainda: «Herdeiro das melhores tradições patrióticas e revolucionárias do povo coreano, mergulhando as suas raízes nos tempos da luta armada de libertação contra o domínio colonial japonês, o Partido do Trabalho da Coreia assumiu o papel de vanguarda na revolução democrática, anti-imperialista e antiféudal e na revolução socialista.

«Sob a direcção do Partido

do Trabalho da Coreia, o povo coreano, fazendo corajosamente frente às provocações e agressões do imperialismo e contando com o apoio das forças progressistas do mundo inteiro, empreendeu profundas transformações na economia e na sociedade coreana, edificando o socialismo no norte da Coreia. A RDPC transformou-se num Estado socialista industrializado, dispõe de uma indústria pesada desenvolvida, de uma moderna indústria ligeira, de uma agricultura avançada. Num período historicamente muito curto o povo coreano venceu o atraso secular em que a exploração e a opressão colonial o haviam mergulhado, as suas condições de vida material e espiritual melhoraram radicalmente. A RDPC é hoje um claro exemplo de superioridade do socialismo sobre o capitalismo.

O PCP que sempre esteve ao lado do povo coreano, que ainda nos tempos de luta clandestina em Portugal contra o fascismo ergueu firmemente

a sua voz em defesa da RDPC aquando da guerra de agressão imperialista de 50/53, reafirma uma vez mais os seus sentimentos de fraternal solidariedade para com o PTC, os comunistas e os patriotas coreanos na sua luta persistente pela retirada das tropas dos EUA de território coreano, contra a ditadura militar fascista instalada pelo imperialismo norte-americano em Seul, pela reunificação independente e pacífica da Coreia.

«O PCP condena e denuncia firmemente a onda de violência e crimes com que o imperialismo e seus fanteiozes tentam em vão sufocar a corajosa luta pela liberdade do povo do Sul da Coreia, como aconteceu com o heróico levantamento dos trabalhadores e estudantes de Kwangju, e agora com a monstruosa condenação à morte do destacado patriota Kim Dae Jung.

Perigosa ameaça para a paz

«O imperialismo norte-americano não só se recusa

a evacuar as suas tropas do Sul da Coreia, como introduz aí grandes quantidades de armamento moderno, reforçando a capacidade de agressão do exército fanteioze de Seul e incitando-o a provocações militares contra a RDPC, ao mesmo tempo que na região se verifica o renascimento do militarismo japonês.

«Uma tal política constitui uma perigosa ameaça para a paz e a segurança no Extremo Oriente e no mundo. Ela inscreve-se na estratégia de busca de supremacia militar sobre o campo socialista, de «posições de força», de chantagem nuclear, de agravamento da tensão internacional com que os círculos mais agressivos e aventureiros do imperialismo procuram a todo o custo fazer frente ao socialismo e impedir o avanço impetuoso da luta de emancipação nacional e social dos povos de todos os continentes.

«O PCP vê com optimismo e confiança o desenvolvimento do processo mundial. As forças da paz e do progresso social são hoje muito mais fortes e poderosas que as forças da reacção e da guerra, e, se unidas, estão em condições de fazer recuar e derrotar os planos agressivos do imperialismo.

Para isso o PCP considera de maior importância o fortalecimento da coesão das forças revolucionárias e anti-imperialistas da época

contemporânea, a URSS e os países socialistas, o movimento de libertação nacional, a classe operária dos países capitalistas. Por isso o PCP combate firmemente o anti-sovietismo e o anticomunismo, instrumento de diversão das forças imperialistas. Por isso o PCP trabalha com persistência pela unidade do movimento comunista internacional, com base no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário».

Amizade e solidariedade

Depois de se referir à nova situação criada em Portugal com a vitória eleitoral das forças da direita reaccionária e de reafirmar o empenho dos comunistas portugueses em «reforçar os laços de amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido do Trabalho da Coreia, para ampliar as relações entre Portugal e a RDPC na base dos princípios da não ingerência e do respeito mútuo, para bem da paz, da amizade e da cooperação entre os povos», a saudação conclui:

«Saudamos de novo o vosso VI Congresso e o 35.º Aniversário do PTC, fazendo os nossos melhores votos de sucessos na ulterior concretização das resoluções agora tomadas e reafirmando-vos a nossa solidariedade activa com a vossa luta por novos êxitos na edificação da sociedade socialista na RDPC, pela

reunificação pacífica e independente da Coreia, pela paz».

«Através de vós, queremos expressar a todos os comunistas coreanos a firme determinação dos comunistas portugueses continuarem a agir pelo reforço

dos tradicionais laços de amizade e solidariedade que unem o Partido Comunista Português e o Partido do Trabalho da Coreia, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, certos de

assim contribuir para o estreitamento das relações de amizade entre o povo coreano e o povo português, entre Portugal e a RDPC, no interesse dos ideais comuns da democracia, da paz, do progresso social e do socialismo».



O progresso económico marca a vida quotidiana do povo da República Democrática e Popular da Coreia

Semana

8 Quarta-feira 1669 - Morre o pintor holandês Rembrandt.

Os principais partidos políticos paquistaneses, proibidos oficialmente o ano passado, acordam em lutar esforços para derrubar o regime militar ditatorial de Zia Hui-Haq...

9 Quinta-feira 1962 - Independência do Uganda.

Termina em Bruxelas o Encontro dos Partidos Comunistas e Operários da Europa capitalista, que decorreu durante dois dias nesta cidade...

10 Sexta-feira 1970 - Independência do Fiji.

A imprensa noticia que o antigo primeiro-ministro britânico, James Callaghan, de 68 anos, decidiu demitir-se de líder do Partido Trabalhista britânico...

11 Sábado 1962 - O papa João XXIII inaugura o II Concílio Eumênico do Vaticano.

Celebra-se em todo o mundo, no âmbito das iniciativas da ONU, o Dia Internacional de Solidariedade com os presos políticos sul-africanos...

12 Domingo 322 (a. C.) - Morre Demóstenes, o mais célebre dos oradores atenienses da Grécia Antiga.

A rádio do Vietname anuncia que tropas chinesas tentaram ocupar, ontem, um distrito da província vietnamita de Ha Tuyen...

13 Segunda-feira 1978 - As duas Câmaras do Congresso dos EUA aprovam o maior orçamento de sempre concedido ao Pentágono: 117.900 milhões de dólares.

A agência Reuter informa que unidades de tanques e de artilharia da Tanzânia lançaram um contra-ataque no Uganda contra elementos do exército do antigo ditador Idi Amin...

14 Terça-feira 1975 - Cria-se a Organização Política Unificada da Frente Nacional (OPUFN) da República Popular Democrática do Yemem.

Cinco meses após terem sido interrompidas, reatam-se as negociações de paz para o Médio Oriente entre Israel, o Egípto e os EUA...

Fiat - unidade dos trabalhadores contra desemprego em massa

No dia 10 de Outubro, em Itália, nove milhões de trabalhadores da indústria e da agricultura paralisaram durante quatro horas...

está a deitar a mão - o desemprego massivo. A verdadeira batalha que se trava na Fiat arrasta-se já há mais de 10 semanas...

1.º, como uma manobra preparatória de facto de um despedimento massivo, 2.º, como um despedimento selectivo - entre os trabalhadores em causa...

a manter-se a crise: reforço dos piquetes à porta das fábricas, constituição de um fundo de luta de 20 bilhões de liras...

A luta dos trabalhadores italianos contra os despedimentos na Fiat é uma activa forma de solidariedade. Mas não só. É também uma grande batalha para que esta tentativa de despedimento massivo não se torne extensiva...

As consequências do desemprego:

- Segundo especialistas norte-americanos, cada aumento de um por cento no desemprego provoca cerca de 37 mil mortes...

despedimentos anunciados. Era uma vitória parcial dos trabalhadores. Mas três dias depois esta multinacional anunciava o seu novo expediente - o desemprego temporário de cerca de 23 mil trabalhadores...



Fiat - um milhão e meio de grevistas contra despedimentos em massa

Guerra no Golfo - que consequências?

A guerra no Golfo arrasta-se e parece longe do seu fim. Depois de uma política de apoio a grupos contra-revolucionários iranianos...

destruídas em cidades como Khorramshahr, Abadan, Awaz, Dezful, Shushitar, o Irão responde com o aviso às populações civis iraquianas...

desenharam parte e para o futuro, os reflexos da guerra estão-se a fazer sentir neste próprio momento...

1.º - Os EUA acentuam a sua influência, nomeadamente com material bélico, na zona. No fim de semana dois aviões-cisterna norte-americanos partiram da Grã-Bretanha...

2.º - A cimeira da OPEP marcada para Bagdad no dia 4 de Novembro foi adiada para data a anunciar. Foi igualmente anulada...

a reunião da OPEP que deveria ter sido realizada em Londres a 14. A questão do petróleo assume novas proporções...

3.º - A divisão entre países árabes surge particularmente definida com a decisão do Iraque de cortar relações com a Síria e o Líbano...

4.º - Os esforços para, de qualquer forma, afirmar a presença da União Soviética no conflito (recorre-se a expedientes contraditórios...

cooperação entre a União Soviética e a Síria, elaborado ao longo de três meses, confirma, no fundo, que são os países capitalistas...

A crise na Europa capitalista

Mesmo restringindo-nos exclusivamente aos factos mais actuais, os sintomas de crise na Europa são um facto que ressalta pelo seu carácter generalizado...

apresentar sábado a lista do novo gabinete, que conta com elementos da democracia-cristã, dos partidos republicano, socialista e social-democrata...

Na Grã-Bretanha a convenção anual do Partido Conservador veio destacar ainda mais a política antipopular do governo...

A situação em Itália é particularmente elucidativa. Enquanto se desenvolve uma poderosa luta dos trabalhadores contra a tentativa de despedimento massivo pela Fiat...

Os protestos da juventude suíça contra o desemprego - um dos mais graves problemas comuns a todo o mundo capitalista - porque num país que se tenta apresentar como «modelo» de capitalismo...

Libertação de Mandela, uma exigência internacional

Por iniciativa das Nações Unidas celebrou-se, dia 11 de Outubro, o Dia Internacional de Solidariedade com os presos políticos sul-africanos...

totalmente enformado nos moldes do racismo. Entre estes presos resalta o nome de Nelson Mandela, dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC)...

Zimbabwe, têm conduzido a uma ainda maior acentuação da repressão, que coexiste com as demagógicas medidas de «abertura»...

Violento sismo na Argélia

Na passada sexta-feira, dia 10 de Outubro, um violento sismo destruiu quase por completo a cidade argelina de Al-Asnal...

intensidade, mas a situação ainda não se pode considerar estável. Entretanto continuam a chegar ao aeroporto de Argel mantimentos, cobertores, tendas, camas e medicamentos...

Ryumin e L. Popov regressaram do espaço

Os cosmonautas Valeri Ryumin e Leonid Popov regressaram à Terra após seis meses no espaço a bordo da Salyut 6...

também foram beneficiados pelas observações dos dois cosmonautas. Só a bordo da Salyut 6 já se realizaram mais de 150 experiências tecnológicas...



Popov e Ryumin, na «Salyut 6»

A expedição espacial de Popov e Ryumin iniciou-se com um trabalho técnico indispensável: a Salyut 6 estava em órbita há mais de dois anos e meio e necessitava de algumas reparações...

O regresso dos cosmonautas marca vários recordes da cosmonáutica soviética: o mais longo voo - 6 meses; mais de três anos de contínua circunvalação em torno da Terra da estação orbital Salyut 6...

A geologia, a astronomia, a biologia e a medicina saíram enriquecidas. Uma amostra do que é possível fazer com a ciência e a técnica ao serviço da paz e do progresso.

Em Almada, uma casa do Partido Novo Centro a funcionar é um grande salto em frente!

A inauguração do novo Centro de Trabalho de Almada representa um grande salto em frente na nossa organização — disse-nos o camarada Viriato Gonçalves, membro do executivo da Comissão Concelhia de Almada do PCP, que nos acompanhou na visita às novas instalações que os comunistas daquele concelho têm agora à disposição para um trabalho mais intenso e alargado na defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores de Almada. Situado na Rua Egas Moniz, mesmo em frente ao Largo José Moreira, que a nova administração autárquica tem vindo progressivamente a transformar — já existe um campo de jogos e o jardim vai reverdecer em breve —, o novo Centro de Trabalho encontra-se mesmo entre os dois grandes aglomerados populacionais da cidade, entre Almada e a Cova da Piedade, próximo do antigo Centro que ainda há pouco albergava as actividades do Partido e onde há muito se sentia a necessidade de mais espaço. Das pequenas instalações, um res-do-chão e uma cave, passou-se para um prédio cujo interior já foi planeado tendo em conta a estrutura do Partido e a organização das suas actividades. Um grande salto em frente!

• Já funciona!

Da ampla sala de convívio — o átrio onde muitos camaradas esperam as suas

reuniões ou apenas convivem — subimos os vários andares, uma breve visita à SIP, à JCP que também vem «morar» no novo Centro, a salas de reuniões e de recepção, às dependências de serviço, ocupadas por funcionários do Partido, às salas do executivo, à grande sala no último andar onde se realizam os plenários da Comissão Concelhia e que vai conter uma exposição permanente das ofertas ao partido no concelho. Descemos depois à cave onde um vasto auditório dispõe de 150 lugares e em breve poderá conter duzentas pessoas. Aí se vão realizar os plenários de células, que anteriormente tinham de funcionar ou no Centro de Trabalho da Freguesia de Almada ou no Pavilhão da Romeira ou em instalações cedidas por colectividades. Aí já se realizou uma projecção de filmes para crianças, no passado domingo, iniciativa que, sem qualquer propáganda, trouxe cerca de meia centena de crianças, provando que se trata de uma actividade a programar para o futuro. Sessões de esclarecimento, colóquios, cursos, poderão também ali realizar-se. Inaugurado no último domingo de Setembro, o novo Centro, ainda em fase de acabamentos internos — são, por exemplo, ainda necessários móveis e alguns equipamentos —, já funciona. Mas a Campanha que o tornou possível ainda não acabou!

• Iniciativas

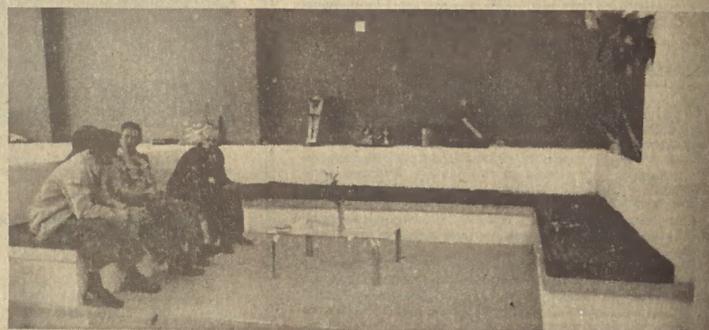
A Comissão Coordenadora da Campanha, que vai reunir amanhã, continuará assim a dar-nos notícias do que tem sido e será o grande empenhamento dos militantes de Almada e de muitos simpatizantes e amigos que já concretizaram um sonho — «Em Almada, Uma Casa do Partido» —, e que vão levá-lo até ao fim, conseguindo perfazer o total necessário ao pagamento do imóvel e das despesas necessárias ao seu equipamento. Como nos referiu o camarada Viriato, o balanço do que até agora foi conseguido, mais de 5 mil contos, é positivo, e representa um vasto esforço, feito não apenas a nível de iniciativas centrais, mas sobretudo através do cumprimento de metas de cada organização e da cotização suplementar, formas de apoios à campanha que ganha cada vez mais militantes. Este ano, a Festa da Amizade, tradicional já em Almada, contribuiu também para o novo Centro. E durante a própria inauguração, que apareceu integrada na Campanha eleitoral para a Assembleia, houve iniciativas que, para além da sua importância política, trouxeram também fundos. A análise dos fundos obtidos, feita por trimestre, indicou um crescimento de entradas, apesar da relativa quebra de actividades registada por motivo das eleições. E as organizações, seis das quais já ultrapassaram as metas e se dispõem a continuar, estão

convencidas de que alcançarão os resultados propostos antecipadamente. Entretanto, a nível central, para além de vários espectáculos previstos para os tempos mais próximos, vai realizar-se um Sorteio do Natal, com prémios que incluem um televisor, uma máquina de lavar roupa e uma mobília da sala. Um Disco da campanha, vai também ser editado antes do Natal.

• Um pólo de atracção

De novo no átrio, onde aguardámos o final de uma reunião de trabalho de outros membros do executivo — os camaradas Manuel Pinto Ângelo, Augusto Flor, Francisco Cabo e José Caetano — apreciámos as ofertas de algumas células, objectivos alegóricos e artísticos — comemorando a inauguração do Centro, tal como a medalha editada, de que foram oferecidos exemplares ao Comité Central e à DORS, enquanto os camaradas encarregados do bar falavam de preços e do que era preciso ainda comprar. Momentos depois, a camarada Manuela falava-nos das novas condições de trabalho criadas: Não são apenas os camaradas funcionários e os membros dos organismos de direcção que passam a ter melhores condições de trabalho. É também uma grande massa de militantes a quem as novas condições proporcionam melhor trabalho. Nas anteriores instalações não podíamos

realizar sessões, colóquios, projecções de filmes como agora é possível. Tínhamos de ir para o exterior. E agora também qui é possível conviver. Já no fim-de-semana da inauguração as nossas perspectivas foram excedidas e nos fins-de-semana a seguir o movimento tem sido grande.» O camarada Augusto disse mais: Há alguns camaradas que não costumavam ir ao Centro de Trabalho e que passaram a vir, pensamos porque aqui há mais condições para o simples convívio. Mesmo camaradas de alguns sectores que, aparte as reuniões, não apareciam, aparecem agora. Não falando de muitos simpatizantes do Partido que nos visitam. Muitos vêm inscrever-se no Partido. O novo Centro foi quase uma injeção de vitalidade — definiu o camarada Francisco. — Não só os camaradas vêm mais aqui, como até pessoas que não são militantes nem têm ligações com o PCP manifestam interesse em visitar as nossas instalações. Lembro-me agora de um exemplo, um casal próximo do PS que manifestou o gosto de vir ver esta nossa realização e que pensava que, por não ser comunista, não tinha cá entrada. É um facto que muita gente vê neste Centro de Trabalho a capacidade de realização do Partido e muitas vezes se ouve o comentário: «nenhum outro partido poderia fazer uma obra destas».



O novo Centro de Trabalho de Almada ainda não está totalmente acabado, faltando, nomeadamente, completar alguns aspectos da decoração interior. Mas esta série de imagens dá já uma ideia das boas condições de trabalho de que a organização e os militantes locais passam a dispor. Ao alto, à direita, uma foto do dia da inauguração do Centro, que ocorreu, recorde-se, em plena campanha eleitoral

Análise da campanha no distrito de Castelo Branco

Tal como em outras regiões do país, o fim da campanha eleitoral e a realização das eleições não significou o abrandamento do trabalho dos comunistas. Assim, na Beira Interior, grande actividade tem caracterizado os últimos dias.

Reuniões de militantes nos Centros de Trabalho de Tortosendo, na passada sexta-feira; na Covilhã, no sábado; no mesmo dia no Fundão, foram abertas à participação de simpatizantes e de outros democratas.

Estas reuniões destinaram-se a fazer uma breve análise do que foi a campanha eleitoral no distrito de Castelo Branco e, muito concretamente em cada uma daquelas localidades. Reuniões muito vivas e com grande participação, no seguimento do que havia sido já a própria campanha. Nas reuniões de Tortosendo e Covilhã participou o camarada Carlos Pinhão, membro do Comité Central e da DORBI e a reunião do Fundão teve a participação do camarada José Paulo Gascão, da DORBI.

Reunião de economistas

A célula dos economistas da Organização Regional de Lisboa do PCP realiza no próximo dia 22 (quarta-feira), no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, uma importante reunião aberta a todos os camaradas economistas.

O encontro tem início marcado para as 21 horas.

Sorteio em Algés

Organizada pela Comissão Concelhia de Oeiras está em curso uma campanha de recolha de fundos com vista à aquisição do novo Centro de Trabalho do PCP em Algés. No âmbito dessa campanha

realizou-se um sorteio que apurou os seguintes números: 1.º 46392; 2.º 4956; 3.º 41533. Até ao próximo dia 2 de Novembro podem ser levantados os prémios. Parabéns aos felizardos.

Iniciativas do Partido

DIA 16

No Barreiro, às 18 e 15, no Clube Desportivo dos Ferroviários, plenário promovido pela célula da CP, aberto a todos os trabalhadores.

Em Manteigas, às 21 e 30, plenário de militantes.

DIA 17

Em Alpiarça, reunião de militantes na Casa do Povo

Em Salvaterra de Magos, reunião de militantes no CT.

Em Belmonte, às 21 e 30, plenário de militantes.

No Tortosendo, às 21 e 30, reunião da Comissão de Freguesia alargada a quadros.

Em Boidobra (Covilhã), às 21 e 30, plenário de militantes.

Barreiro, às 21 e 30, na sala de convívio do Luso, Plenário dos trabalhadores das grandes empresas do concelho; Plenário do secretariado da célula da Quimigal, no Centro de Trabalho do Barreiro, também às 21 e 30.

DIA 18

No Monte do Trigo (Évora), festa às 15 horas, com garrafeira, actuação do Grupo Coral do Monte do Trigo. Às 21 e 30, baile e bazar com prendas oferecidas para fundos destinados a acabar as obras do CT.

Na Bouça (Covilhã), às 20 horas, plenário de militantes.

Na Covilhã, às 21.30, plenário de militantes no CT.

Na Aldeia do Carvalho (Covilhã), às 21 e 30, plenário de militantes.

Alverca, às 15 horas, Plenário das camaradas residentes na freguesia de Alverca, no Centro de Pessoal da MAGUE. Discussão do documento saído da Reunião do CC,

com a participação do camarada Abílio Martins, do CC.

DIA 19

Em Trancoso, às 15 horas, plenário de militantes, na Escola do Ciclo Preparatório, com José Pedro Soares, do CC.

Nas Minas da Panasqueira, plenário de militantes.

DIA 20

No Teixoso (Covilhã), às 15 horas, plenário de militantes.

Em Canhoso (Covilhã), às 21 e 30, plenário de militantes.

Barreiro, às 21 e 30, no Centro de Trabalho do Barreiro, Plenário dos pequenos e médios comerciantes e industriais.

Sessões de esclarecimento em Lisboa

Organizadas pela 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa, realizam-se amanhã, sexta-feira, a partir das 21 e 30, sessões de esclarecimento nos seguintes locais:

Alcântara, na Academia de Santo Amaro; Ajuda, no Armadurens; Belém, no Solidó.

Juventude de Abril confiante no futuro



A JCP saúda a fraternamente todos os jovens, comunistas e não comunistas, que se integraram e deram uma contribuição entusiástica, combativa e militante à campanha eleitoral da Aliança Povo Unido. Tal participação representou um elevado contributo para que a campanha da APU tivesse constituído uma grande campanha de massas, pela defesa do Portugal de Abril, para que a votação na APU, não obstante uma ligeira diminuição, ultrapassasse o milhão de votos" — diz, a dado

passo, a nota divulgada há dias pelo Secretariado da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa (JCP). Ao referir que "os resultados eleitorais de 5 de Outubro trazem novos perigos para o regime democrático, as liberdades e as condições de vida dos jovens", o documento sublinha que "só a resistência e a luta do povo e da juventude em defesa dos seus direitos e aspirações podem impedir o agravamento das condições de vida, podem impedir a instauração de uma nova ditadura".



ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 353
16 de Outubro de 1980

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

PLENÁRIO DO COMITÉ CENTRAL

Na reunião plenária de 13 e 14 de Outubro, o Comité Central do PCP examinou os resultados das eleições para a Assembleia da República e as suas consequências na situação política nacional.

O CC resolveu convocar para o dia 25 de Outubro uma Conferência Nacional do PCP para decisão em definitivo da atitude do PCP em relação às eleições presidenciais.

O CC aprovou um documento com as conclusões da análise e os resultados das eleições de 5 de Outubro e a nova situação política:

- Os objectivos políticos que presidiram à campanha eleitoral do PCP foram realistas e justos.
- A campanha eleitoral do PCP e da APU foi uma grandiosa afirmação de militância e capacidade de organização e influência de massas e abre largas perspectivas de trabalho.
- O carácter democrático das eleições foi gravemente comprometido pela actuação do governo reaccionário da «AD» pelo que a votação na «AD» não traduz a verdadeira opção política do eleitorado.
- Nas novas condições, a tarefa central, decisiva e prioritária é derrotar e impedir, portanto, a eleição do candidato «AD» à Presidência da República, general Soares Carneiro.

O documento do CC conclui: nas novas condições criadas pelos resultados das eleições do 5 de Outubro, o PCP continua a levantar com determinação a bandeira da luta contra a reacção e o fascismo.

Os resultados das eleições para a Assembleia da República e a nova situação política

O Comité Central do Partido Comunista Português, em reunião plenária realizada nos dias 13 e 14 de Outubro, examinou os resultados das eleições para a Assembleia da República e as suas consequências na situação política nacional.

O CC saudou os militantes comunistas e todos os democratas que participaram na campanha eleitoral do PCP e da APU, considerada como uma grande acção política de massas em defesa do regime democrático.

O CC concluiu que o carácter democrático das eleições foi gravemente comprometido pela actuação do Governo reaccionário da «AD» pelo que a votação na «AD» não traduz a verdadeira opção política do eleitorado.

O CC considerou que a confirmação da maioria dos partidos reaccionários na Assembleia da República e a continuação do Governo de Sá Carneiro fazem pesar novos e mais graves perigos para o regime democrático.

O CC sublinhou a enorme importância que, nesta conjuntura, assumem as eleições para a Presidência da República, definindo como tarefa central, decisiva e prioritária das forças democráticas derrotar o candidato da «AD», Soares Carneiro.

O CC resolveu convocar para o dia 25 de Outubro uma Conferência Nacional do PCP onde será decidida em definitivo a atitude do PCP em relação às eleições presidenciais.

O CC reafirmou a necessidade do reforço da organização e das lutas de massas e a política de unidade do PCP.

O CC traçou grandes linhas de orientação para o reforço do PCP, que os acontecimentos comprovam ser uma força necessária, indispensável e insubstituível na democracia portuguesa.

1 Um erro de gravíssimas consequências a não demissão do Governo Sá Carneiro

A manutenção no poder, em período eleitoral, do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral impediu a realização de eleições verdadeiramente livres, em que a determinante do voto de todos os portugueses correspondesse à sua real opção política.

● Razões para a demissão

Ao longo dos meses, o PCP, (e, com o PCP, amplas massas populares) reclamou a demissão do Governo Sá Carneiro/F. do Amaral.

Primeiro, porque o seu programa, a sua actuação e os seus objectivos eram manifestamente inconstitucionais, ilegais e subversivos.

Segundo, porque lançou uma violenta ofensiva para destruir as transformações democráticas (nacionalizações, Reforma Agrária, direitos dos trabalhadores) conquistadas pelo Povo português e consagradas como irreversíveis na Constituição.

Terceiro, porque lançou um plano de revisão inconstitucional da Constituição e de liquidação do regime democrático.

Quarto, porque (com novas leis eleitorais) pretendeu fazer das eleições uma autêntica mascarada à maneira de Salazar e Caetano.

Finalmente, conforme o PCP insistiu, porque o carácter democrático das eleições ficaria gravemente comprometido se no período pré-eleitoral e eleitoral estivesse no poder o Governo «AD».

● Necessidade e viabilidade

A demissão do Governo Sá Carneiro era necessária e era viável.

O movimento de massas era poderoso. A acção do PCP encontrava profunda repercussão. Na Assembleia da República a «AD» deixava de dispor de maioria.

Quando o PS se manifestou também publicamente pela demissão imediata do Governo Sá Carneiro, estavam criadas condições para que a acção conjugada ou coincidente dos dois partidos conduzi-se a esse resultado. Nesse momento crucial, o Secretariado Nacional do PS, recusando a realização de um encontro proposto pelo PCP, assumiu uma grande responsabilidade na continuação do Governo «AD» até às eleições.

Mesmo quando deixaram de existir possibilidades práticas de o Governo Sá Carneiro ser demitido por intervenção da Assembleia da República e quando se tornou igualmente evidente que o Presidente da República não tomaria a iniciativa de demiti-lo, o PCP continuou a lutar («até ao último minuto») pela demissão antes das eleições por que, estando o Governo «AD» no poder, ficava gravemente comprometido o carácter democrático das eleições.

● Um erro que custou caro

Os acontecimentos mostraram com trágica evidência o erro daqueles democratas que insistiram em que o Governo Sá Carneiro não devia ser demitido antes das eleições, além do mais porque (conforme diziam), continuando mais tempo, o Governo sofreria a «usura do poder», se desgastaria, e seria inevitavelmente derrotado nas eleições.

Esses democratas não tiveram em conta o uso abusivo do poder que pode levar a cabo um governo fascizante sem qualquer respeito pelos princípios democráticos e sem quaisquer escrúpulos na manipulação da administração e dos dinheiros públicos e dos meios de comunicação social do Estado.

Não tiveram também em conta a nefasta influência que no eleitorado exerce a ideia de força e de poder (real ou fictícia) de um tal Governo, de capacidade de decisão, da sua superioridade em relação ao adversário — ideia

que se foi reforçando na medida em que o Governo «AD» se tornou cada vez mais arrogante, invadiu esferas de atribuições da Assembleia da República e do Presidente da República, tentou verdadeiros golpes inconstitucionais, passou a atitudes abertas de subversão e rebeldia, desenvolveu uma campanha de denegrimto e contestação de outros órgãos de soberania sem que lhe tivesse sido dada a única resposta adequada — a imediata demissão do Primeiro-Ministro.

Os resultados eleitorais não são uma afirmação de «eficácia do poder» como dizem alguns comentadores. Mas uma demonstração das consequências do abuso do poder, da utilização do poder para impedir um processo eleitoral democrático e a manifestação livre da vontade política do eleitorado.

A «AD», continuando a representar menos eleitores do que os partidos da oposição, obteve a maioria porque o seu Governo limitou gravemente o carácter democrático da vida nacional, falseando o carácter democrático de todo o processo eleitoral.

● Demitido o Governo, a «AD» teria perdido

Se o Governo Sá Carneiro tivesse sido demitido logo que se tornou evidente a sua insistência numa política inconstitucional, ilegal e subversiva, e se as eleições tivessem sido realizadas com um governo que garantisse as condições democráticas, poderíamos afirmar com segurança, na base dos próprios resultados eleitorais, que a «AD» teria sido derrotada nas eleições.

A não demissão do Governo Sá Carneiro foi um gravíssimo erro que está na base da confirmação da maioria reaccionária da «AD» na Assembleia da República nas eleições de 5 de Outubro.

2 5 de Outubro: comprometido o processo democrático eleitoral

Com o Governo PPD/CDS no poder o carácter democrático das eleições ficou gravemente afectado e comprometido.

Por cinco razões fundamentais: a monopolização pela «AD» dos meios de comunicação social; medidas demagógicas; actuações repressivas e intimidativas; a utilização para fins eleitorais das funções do Governo, dos dinheiros públicos e do aparelho do Estado; as irregularidades e fraudes no processo eleitoral.

● Monopolização dos meios de comunicação social

A monopolização, partidarização e utilização pela «AD» para campanha eleitoral dos meios de comunicação social estatizados (RTP, RDP, jornais diários) exerceu poderosa influência no eleitorado.

Ao longo dos meses, os partidos reaccionários bombardearam sistematicamente a opinião pública com campanhas constantes de desinformação, de propaganda governamental, de intoxicação anticomunista, de denegrimto do 25 de Abril e do regime democrático.

A regra do pluralismo foi grosseiramente violada. Organismos constitucionais de controlo democrático da informação foram boicotados. Uma vaga de saneamentos e nomeações colocou fascistas e reaccionários serventuários da «AD» praticamente em todos os lugares de chefia.

Conjugado com as fortíssimas posições da «AD» na imprensa privada (jornais diários e órgãos regionais), o controlo despótico da comunicação social estatizada propiciou às forças reaccionárias um conjunto decisivo de instrumentos para condicionar e manipular a vontade e os sentimentos de largos sectores do eleitorado.

À APU foram concedidos tempos ridículos e recusado o acesso a uma série de debates televisivos realizados na semana anterior ao início da campanha eleitoral. E, se a FRS teve acesso a esses debates, foi com o propósito calculado de «bipolarizar» na «AD» e na FRS a luta eleitoral, mostrar ao eleitorado que a FRS não era alternativa e, com a colaboração da FRS, combater a APU diminuindo as suas possibilidades eleitorais.

Nas mãos de um Governo sem escrúpulos democráticos os grandes meios de comunicação social constituem um poderoso, e por vezes determinante, meio de intervenção na formação defeituosa da opinião pública e de caça ao voto.

● Medidas demagógicas

Uma desenfreada demagogia em termos de política social e uma série de medidas demagógicas ludibriaram vastíssimos sectores do eleitorado.

A medida que passadas as eleições se conhecem melhor as medidas tomadas e as concessões feitas pelo Governo nas últimas semanas e últimos dias das eleições,

mais se precisa a ideia de que tais medidas representam uma vasta operação concertada e pesaram de forma decisiva no aumento do número de votos da «AD».

O Governo «AD» — que agravou o custo de vida, se opôs durante meses a aumentos de salários, roubou 25 milhões de contos às autarquias locais, desprezou continuamente aspirações e necessidades prementes dos sectores mais desfavorecidos da população, sabotou e atrasou a concretização de medidas sociais positivas do anterior governo designadamente quanto a pensões e reformas, foi adiando medidas prementes em relação à agricultura, prolongou propositadamente privações e sacrifícios — lançou-se nas últimas semanas numa estudada vaga de medidas demagógicas.

Muitas dessas medidas, que tinham sido persistentemente reclamadas e defendidas pelo movimento popular defrontando a resistência e a oposição do Governo, embora destinadas a serem anuladas a curto prazo pela própria política do Governo, respondem a problemas reais e profundamente sentidos e representaram benefícios reais imediatos ou esperança de melhoramentos das condições de vida em amplos sectores da população.

Entre outras, estão nesse caso:

— o aumento do salário mínimo nacional, primeiro na indústria e, posteriormente, em relação ao trabalho doméstico e aos rurais;

— o súbito desbloqueamento de várias convenções colectivas de trabalho, além de aumentos de ordenados, vencimentos e salários, nalguns casos de iniciativa patronal;

- os aumentos à PSP, GNR e GF;
- o aumento das pensões de reforma em muitos casos com o pagamento de retroactivos a poucos dias das eleições e com a antecipação do normal processamento dos aumentos e a concessão de outras regalias a reformados (passes sociais, isenções de taxas, etc.);
- o pagamento em Setembro de abonos de família, o aumento do subsídio de desemprego e de outros benefícios sociais;
- a ordem de pagamento de pensões aos rurais;
- a distribuição de verbas da Previdência;
- a diminuição de alguns impostos directos e de algumas contribuições e taxas (imposto sobre automóveis, etc.);
- a entrega de obrigações do tesouro e respectivos juros, a título de indemnização provisória, a possuidores de acções de bancos e empresas nacionalizadas;
- o pagamento de títulos FIDES;
- promessas de construção e entrega de habitações, com pequenas concretizações e facilidades na aquisição de habitação própria;
- a «distribuição», a título precário, de terras roubadas ilegalmente às UCP's/Cooperativas na zona da Reforma Agrária;
- o crédito para compra de terras;
- o pagamento de subsídio de gasóleo;
- a fixação do preço de garantia do vinho;
- a promessa de intervenção no escoamento e preço da batata;
- a reabertura das feiras de gado, encerradas por motivo do surto da febre aftosa;
- a distribuição de subsídios a cooperativas controladas por agrários;
- a alteração do regime de férias, faltas e licenças dos trabalhadores da Função Pública;
- a publicação dos quadros hospitalares;
- o alargamento a várias regiões dos passes sociais;
- a criação dos SAP's e a demagogia em torno do sistema de recurso à medicina privada pelos beneficiários dos Serviços Médico-Sociais;
- as indemnizações às Misericórdias;
- a distribuição de verbas a hospitais, Casas do Povo, bombeiros, escolas, colectividades, igrejas e individualmente eleitores de certas zonas;
- a promessa de subsídios às donas-de-casa;
- diversas medidas em relação ao ensino primário e profissional;
- o apoio financeiro à imprensa regional;
- o melhor abastecimento de certos géneros (bacalhau) embora conjuntural.

O carácter demagógico de tais medidas e concessões resulta de que, longe de serem ditadas pela preocupação de resolver problemas nacionais ou melhorar de forma séria e duradoura as condições de vida do povo, visaram apenas caçar votos mascarando a verdadeira política da «AD» a qual tem necessariamente como consequências o aumento da exploração dos trabalhadores, o agravamento das dificuldades das classes médias, a degradação das condições de vida da população, com

vista à reconstituição do poder e privilégios dos monopolistas e latifundiários que sustentaram o fascismo.

Tais medidas e concessões conseguiram, no entanto, iludir um número elevadíssimo de eleitores acerca dos verdadeiros propósitos do Governo e das consequências da vitória ou derrota da «AD».

Muitos milhares de eleitores votaram «AD» porque pensaram que a derrota da «AD» significaria a perda dos benefícios, embora limitados, que tais concessões representavam. Outros receavam que benefícios prometidos se não concretizassem.

● Repressão e intimidação

As actuações repressivas e intimidativas conseguiram atemorizar camadas mais vacilantes e menos politizadas.

Na zona da Reforma Agrária, a acção repressiva da GNR, em colaboração com o MAP e bandos armados ao serviço dos agrários, na aplicação da política de saque de terras, gados, máquinas, frutos pendentes e outros bens das UCP's/Cooperativas, instauraram um clima de terror, brutalidade e violência sobre as populações criando situações de grande insegurança, inquietação e intimidação.

Acrescem ainda a coacção sobre as populações pelos caciques locais, a persistência de actos de coacção moral e religiosa, a intimidação e a repressão por gorilas arregimentados pelo patronato reaccionário em numerosas empresas, ameaça de encerramento de fábricas e de despedimentos, e as provocações, agressões, desordens e ameaças organizadas pelos partidos reaccionários.

● Utilização eleitoral do aparelho de Estado

A utilização das funções governamentais, do aparelho e dos recursos do Estado e das autarquias dominadas pela «AD» para operações eleitoralistas atingiu enormes proporções, envolvendo, entre muitos outros aspectos, a descarada confusão entre as actividades como membros do Governo e como candidatos da «AD», a intensa publicidade comercial na RTP e RDP visando ampliar o impacto público de algumas medidas do Governo e promover indirectamente os candidatos membros do Governo, a sucessão de inaugurações de obras e melhoramentos, na maioria dos casos, resultantes, não da actividade do Governo da «AD», mas de decisões anteriores e da normal execução de projectos pela Administração pública e que foram aproveitadas pela «AD» para difundir a falsa ideia de um Governo eficaz e operativo.

● Illegalidades e fraudes

As irregularidades, ilegalidades, fraudes e violências na campanha, no processo e no acto eleitorais impediram a expressão de numerosos votos nas forças democráticas,

designadamente na APU, e levaram à contagem indevida de numerosos votos na «AD».

Embora, de uma maneira geral, graças aos esforços e à coragem dos comunistas e de outros democratas, tenha havido uma fiscalização mais firme e activa registaram-se ainda assim numerosas irregularidades.

Contam-se entre as formas fascizantes impeditivas de um processo eleitoral democrático:

- agressões a coladores de cartazes, boicote a iniciativas da oposição e agressões a propagandistas da APU e FRS;
- intimidação, provocações, agressões, espancamentos e sequestros de delegados da APU e membros das mesas;
- indicação expressa para votar na «AD» nas próprias mesas de voto;
- votos a granel (sem identificação);
- duplicação de votos;
- votos de eleitores acompanhados, invocando cegueira, mas sem atestado nem deficiência evidente;
- a passagem de atestados médicos a pretensos deficientes por vezes junto das assembleias de voto;
- votos de eleitores indevidamente acompanhados de elementos da «AD»;
- preenchimento de boletins de voto por presidentes de mesa por indicação oral de eleitores;
- violação do segredo do voto por correspondência;
- mesas a funcionar irregularmente;
- presença ilegal de caciques e reaccionários nas salas de voto;
- recusa a aceitar reclamações contra irregularidades.

● Falseada a vontade dos portugueses

Assim, centenas de milhares de eleitores votaram «AD» enganados pela propaganda, coagidos e intimidados, iludidos por promessas, receosos de perder benefícios obtidos momentaneamente pelas concessões demagógicas.

Acrescem ainda muitos milhares de votos, cujo número é impossível de calcular, inscritos irregular e fraudulentamente na «AD».

Inversamente um número, igualmente impossível de calcular de votos nas forças democráticas, não foram contados também por força de irregularidades e fraudes.

Comprometido assim o carácter democrático das eleições, a votação na «AD» não traduz uma verdadeira opção política do eleitorado.

Nas eleições de 5 de Outubro, a vontade dos portugueses foi falseada pela actuação antidemocrática do Governo reaccionário de Sá Carneiro/F. do Amaral.

Se, em termos gerais, o PCP alertou para os perigos que a permanência dum Governo reaccionário representava para o carácter democrático das eleições, não foi considerado na sua justa medida o verdadeiro alcance dessa situação em termos eleitorais e particularmente a influência das medidas de carácter demagógico.



3 A campanha eleitoral do PCP e da APU

A campanha eleitoral da APU, conduzida essencialmente pelo PCP, com uma ampla dinâmica unitária, constituiu um factor decisivo para manter o essencial das posições eleitorais e impedir, nas desfavoráveis condições criadas por um Governo fascizante, um súbito radical desequilíbrio eleitoral a favor da direita.

• Uma campanha extraordinária

A campanha eleitoral do PCP e da APU constitui em si mesma uma afirmação da militância, da capacidade de organização e da influência de massas do PCP e uma extraordinária movimentação de massas em defesa dos interesses do Povo português, das conquistas da Revolução, do regime democrático consagrado na Constituição.

A campanha confirmou a estreita ligação do PCP com amplas massas e a determinação de luta da classe operária, de vastos sectores da população, das mulheres e da juventude.

O CC saúda calorosamente os militantes do Partido, os militantes da JCP, os militantes do MDP, os independentes, todos os democratas, as mulheres e os jovens que, com o seu entusiasmo, abnegação, capacidade, espírito de iniciativa, coragem e confiança contribuíram de forma decisiva para fazer da campanha da APU uma expressão das aspirações e combatividade do movimento popular, uma grande movimentação de massas em defesa da liberdade, da democracia, do 25 de Abril.

• A perspectiva da derrota da «AD»

A perspectiva da derrota da «AD» e uma dinâmica de vitória foram um factor essencial para manter e incentivar não só o espírito de militância e intervenção na vida política e social mas também a combatividade e a ligação à luta da grande maioria do eleitorado de esquerda.

Uma campanha tem de ser conduzida apontando objectivos e concentrando esforços para alcançá-los.

A indicação da perspectiva da derrota da «AD» e do reforço da APU (definidas na Conferência Nacional do PCP) basearam-se em informações coincidentes de praticamente todos os sectores do Partido e correspondiam a uma opinião generalizada.

A indicação desses objectivos e a confiança expressa na possibilidade de os alcançar foram elementos positivos e correctos da campanha da APU.

As organizações e militantes estão procedendo ao exame crítico da campanha, não só para extrair as novas e positivas experiências mas também com a preocupação de descobrir o que nela tenha havido de defeituoso, errado ou insuficiente.

• Problemas sujeitos a exame

Sendo embora geral a opinião do extraordinário valor da campanha e de que a causa dos resultados negativos das eleições não se encontram na campanha do PCP e da APU, são equacionados numerosos problemas e adiantados reparos críticos.

Aparecem particularmente sujeitas a exame algumas questões, ainda que com incidência diferente de zona para zona: o tipo de iniciativas e o âmbito de massas mais vasto ou mais restrito que tocaram; os critérios de distribuição de recursos para a campanha de rua e para a campanha nos locais de trabalho e no porta-a-porta; a relação entre os esforços e recursos empregados para a propaganda escrita e a sua difusão e os esforços para a explicação oral, em contacto directo com as massas; a agressividade de algumas formas de propaganda como factor favorável ou desfavorável à conquista do

eleitorado; a relação entre a mobilização para a agitação e o trabalho de organização; o maior ou menor grau de abertura ou de sectarismo manifestado em certas iniciativas.

Trata-se de problemas cujo estudo é necessário aprofundar ulteriormente. Mal seria porém se à sobrestimação dos méritos da campanha e do seu êxito (que sem dúvida se registou antes das eleições) sucedessem opiniões derrotistas acerca da campanha (depois das eleições).

Entretanto o exame crítico da campanha é indispensável e desde já se podem tirar algumas conclusões.

• Deficiências e erros

A par do extraordinário brilho e dinamismo da campanha eleitoral desenvolvida pelo PCP e pela APU, revelaram-se e verificaram-se deficiências e erros de que é indispensável tirar as respectivas lições.

Merecem reparo crítico:

1. — A falta de percepção do estado de espírito e das vacilações favoráveis à «AD» (sobretudo na fase final da campanha) por parte de amplos sectores do eleitorado, receptivo à propaganda maciça, à intimidação e às concessões e promessas demagógicas de ordem material.

2. — A apresentação, como resultados adquiridos, a partir de certa altura da campanha, de objectivos de carácter prático e imediato, traçados na base da definição e quantificação do número de votos necessários para a eleição de novos deputados.

3. — O triunfalismo que foi imprimido à campanha nos últimos dias, e de que são exemplos a apresentação da consigna «A AD já perdeu, Abril já venceu!», a admissão pública em alguns distritos de metas ambiciosas que ultrapassavam os objectivos já de si optimistas anteriormente fixados, o anúncio de manifestações de carácter regional para os dias 6 e 7.

Estas deficiências e erros não diminuem os grandes méritos da campanha mas criaram um estado de espírito que, dando como certa a vitória, facilitou sentimentos de desilusão perante os resultados contrários aos resultados previstos e anunciados.

• Avaliação do estado de espírito do eleitorado

O exame dos resultados das eleições e a sua comparação com as previsões coloca com particular relevo a questão da observação e avaliação do estado de espírito das massas (concretamente do eleitorado) pelas organizações e militantes do Partido.

Pelos elementos e opiniões disponíveis, podem desde já discernir-se algumas causas desse erro de apreciação:

1.º A grandeza orgânica do Partido (uma vanguarda revolucionária que em si mesma tem um carácter de massas) e a participação muito activa na campanha de muitas centenas de milhar de pessoas, o contacto directo com massas do eleitorado muito mais amplas do que em campanhas anteriores, facilitou a falsa ideia de que tal mobilização, participação e contacto teriam correspondente tradução eleitoral.

2.º Em muitos casos, a campanha tocou as massas mais politizadas e activas, que acorriam às iniciativas, e foi ao encontro de vastas massas, mas não tocou ou não convenceu outras massas do eleitorado particularmente entre aqueles que, em geral, têm reduzida participação na vida política e são mais facilmente influenciáveis



pela demagogia ou por vantagens concretas mesmo que alcançadas conjuntamente.

3.º O entusiasmo, a intensa e dedicada actividade dos militantes, o seu completo empenhamento, a concretização de esforços para se alcançar os objectivos políticos, criaram um estado de espírito de menor receptividade às informações e opiniões discordantes do optimismo generalizado, e conduziram à falta de percepção das oscilações de sectores hesitantes do eleitorado no período final da campanha.

4.º O voluntarismo de muitas organizações e militantes e algumas manifestações de sectarismo levaram a menosprezar o exame dos factores de carácter objectivo assim como o grau de influência das outras forças políticas.

Os ensinamentos decorrentes destes factos e as medidas correspondentes podem e devem permitir de futuro uma mais correcta avaliação do estado de espírito do eleitorado.

• A campanha deixa raízes

A grande batalha política que foi a campanha eleitoral não só teve papel positivo e importante nas eleições como deixará raízes profundas.

Para além da consolidação do eleitorado do PCP e da APU, a organização do Partido ganhou uma rica experiência de trabalho e de contacto com as massas e abriram-se novas perspectivas de acção em diversas regiões e sectores.

Em breve, pela sua própria experiência, muitas centenas de milhares de portugueses e portuguesas que votaram na «AD» tomarão consciência do grande engano a que foram conduzidas ou das pressões a que se sujeitaram e voltar-se-ão contra a «AD».

Muitas centenas de milhares de portugueses e portuguesas tomarão também então consciência de que uma única força política lhes falou verdade e os preveniu do futuro: o PCP, a APU.

Do grande e difícil combate travado nas eleições para a Assembleia da República de 1980 o PCP e o Povo português colherão no futuro os seus frutos.

4 Significado e alcance dos resultados eleitorais

O resultado fundamental das eleições de 5 de Outubro reforçando a maioria de deputados dos partidos reaccionários na Assembleia da República e dando assim base para a continuação do Governo Sá Carneiro/F. do Amaral agrava consideravelmente a situação política e os perigos que ameaçam as conquistas da Revolução e o regime democrático.

● Condições desfavoráveis

As forças democráticas e particularmente o PCP e a APU travaram a batalha das eleições de 5 de Outubro em condições particularmente desvantajosas e desiguais.

1. Um Governo sem quaisquer escrúpulos que limitou, deformou e comprometeu o carácter democrático de todo o processo eleitoral.

2. O contraste entre a unidade dos partidos reaccionários numa coligação eleitoral e governativa e a divisão das forças democráticas.

3. O contraste entre a perspectiva dada pela «AD» de um Governo com aparente estabilidade para 4 anos e a falta de uma alternativa com suficiente credibilidade por parte das forças democráticas.

(A FRS, com a pretensão absurda de alcançar sozinho a maioria absoluta e de ser sozinho uma alternativa, e recusando-se a considerar a alternativa proposta pela APU, inviabilizou-a aos olhos de grande parte do eleitorado).

● Objectivos justos e realistas

Apesar destas condições desfavoráveis os objectivos políticos essenciais definidos pelo Partido — reduzir a «AD» a uma minoria na Assembleia da República e reforçar a APU — eram objectivos que correspondiam às necessidades e exigências da situação existente e eram realistas e justos. Mesmo nos distritos onde se colocou como tarefa a eleição pela primeira vez de um deputado da APU (Viana do Castelo, Castelo Branco e Viseu) o objectivo era correcto e dinamizador e permitiu (como a campanha mostrou) uma primeira grande acção de esclarecimento em zonas ainda dominadas pela reacção.

Alguns criticam agora esses objectivos com o argumento de que não foram alcançados.

É porém conhecido o erro que consiste em (depois dos acontecimentos) afirmar que é de definir como objectivo o que é possível e considerar possível o que se alcança num momento dado.

Tal concepção, a ser seguida, colocaria o Partido completamente a reboque dos acontecimentos: É uma concepção típica do «oportunismo ilimitado».

● Resultados das eleições

Os resultados das eleições tiveram como traços mais salientes:

- o reforço da maioria de deputados da «AD», com o aumento geral dos votos;
- a confirmação de que a FRS sozinho não constitui uma alternativa;
- uma descida moderada mas geral da APU.

Embora os resultados não traduzam uma verdadeira opção política dos portugueses, significam sem dúvida uma grave derrota das forças democráticas com profundas e perigosas consequências na vida política nacional.

A repetição de uma maioria «AD» na Assembleia da República e a continuação de um Governo «AD», significam o prosseguimento a partir desses dois órgãos de soberania, da ofensiva inconstitucional, ilegal e subversiva contra as conquistas da Revolução e contra o regime democrático.

Significam também um novo impulso à candidatura de Soares Carneiro.

● A FRS, falsa alternativa

A FRS colocou como objectivo fundamental nas eleições alcançar sozinho a maioria absoluta de deputados e constituir sozinho uma alternativa. Os resultados que obteve (28%) comprovam (como o PCP advertiu) a falsidade e o completo fracasso da perspectiva apresentada e a grande responsabilidade da FRS em ter inviabilizado uma alternativa democrática pela recusa de qualquer aliança com o PCP e com a APU. Mais uma vez os resultados não parecem ter alterado a orientação dos dirigentes do PS.

Já depois das eleições, Mário Soares considerou um êxito o resultado alcançado pela FRS por ter conseguido evitar a «italianização», ou seja, impedir o reforço da APU. O Secretário-Geral do PS confirma assim que a estratégia do PS continua a não ser cortar o passo à reacção, mas cortar o passo ao movimento operário e ao PCP.

Esta opinião coincide quase literalmente com a opinião de Ribeiro e Castro, vice-Presidente do CDS, expressa em «O Jornal» de 10/10/80.

Considerando, não de um ponto de vista anticomunista, mas de um ponto de vista democrático, o resultado das eleições, torna-se evidente que, no quadro da derrota das forças democráticas, os grandes vencedores políticos das eleições foram o PS e a FRS, que sozinhos se apresentaram ao eleitorado como uma alternativa, anunciando poder alcançar a maioria absoluta.

As eleições vieram de novo confirmar que uma maioria democrática e uma alternativa democrática não podem ter lugar sem o PCP. A Direcção do PS, ao recusar sucessivamente esta possibilidade, não só contraria os sentimentos unitários de socialistas e comunistas, como inviabiliza a única alternativa democrática possível nas condições presentes.

● A concorrência dos esquerdistas

A concorrência dos esquerdistas às eleições confirmou ser uma concorrência de divisão do eleitorado democrático e de votos perdidos e inúteis.

A UDP, o POUS e o PSR tiveram em conjunto 224 528 votos e elegeram um único deputado.

Se por princípio os votos dos esquerdistas tivessem ido para a APU e FRS teriam sido eleitos menos deputados reaccionários e mais deputados das forças democráticas.

● A descida da APU

A descida da APU foi moderada mas geral em todo o país.

Não se pode atribuir a deficiência da campanha ou do trabalho das organizações do Partido a nível distrital. Trata-se de um acontecimento geral que tem causas gerais.

Além das limitações ao carácter democrático das eleições, é necessário examinar a evolução do eleitorado PCP/APU, e particularmente a diferença de situações em 1979 e em 1980.

Não tendo sido feito esse exame com suficiente profundidade antes das eleições do 5 de Outubro, é indispensável agora fazer-lhe referência.

Ao considerar-se a votação na APU nas eleições para a Assembleia da República de 5 de Outubro, deve ter-se em conta que de 1976 para 1979 (eleições intercalares), se verificou um notável aumento de votos no PCP e APU: 785 594 em 1976 e 1 122 239 em 1979, ou seja um aumento de 336 645 votos.

A conjuntura política no quadro da qual se

realizaram as eleições em 1979 era favorável ao PCP e à APU.

Depois de uma grande campanha de massas, à frente da qual estivera indiscutivelmente o PCP, o Governo Mota Pinto/PPD fora demitido. A formação do Governo Maria de Lourdes Pintasilgo expressava uma inflexão à esquerda da política nacional. Existiam possibilidades reais para, depois das eleições, sendo derrotada a «AD», formar um Governo com influência directa ou indirecta do PCP e da APU.

Nessa situação, o aumento considerável dos votos na APU traduz não só a deslocação de votos do PS e de partidos da direita para o PCP e para a APU, como também o voto na APU de sectores sociais justamente esperançados em que o reforço da APU se poderia traduzir numa influência no futuro Governo no sentido da solução de alguns dos seus problemas mais instantes.

A conjuntura por ocasião das eleições de 5 de Outubro de 1980 era completamente diferente, sobretudo por estar no poder, pela primeira vez desde o 25 de Abril em período de eleições, um Governo reaccionário e pela utilização por esse Governo de uma grande série de medidas demagógicas.

O resultado das eleições de 1980 (sem ter em conta os novos eleitores) revelam dois fenómenos contraditórios:

Por um lado, 120 000 eleitores, que em 1979 votaram na APU, cujos votos foram para a FRS (com a ilusão do «voto útil») ou para a «AD» (com a ilusão da conservação de vantagens materiais alcançadas com medidas demagógicas).

A admissão desta deslocação de certos sectores sociais com problemas prementes e mais directamente tocados pelas medidas demagógicas do Governo reaccionário que votaram APU ou PS em 1979 e na «AD» em 1980, é um facto real que deve ser visto com objectividade.

Por outro lado, com a votação de mais de 1 milhão de votos, a manutenção de 215 000 votos, cerca de dois terços dos eleitores ganhos de 1976 para 1979, traduz a transformação de grande parte dos votos de 1979 numa base de apoio social e política, sólida, não conjuntural.

● Eleitorado da APU — base activa e dinâmica

O eleitorado que se manteve com a APU situa-se na classe operária e nas camadas e sectores mais esclarecidos, mais combativos, mais militantes.

A própria campanha eleitoral do PCP e da APU mostrou que o eleitorado do PCP e da APU constitui uma base activa e dinâmica de apoio social e político.

O resultado confirma e mostra que o PCP é uma força necessária, indispensável e insubstituível na democracia portuguesa.

Esta realidade tem profundo significado para o prosseguimento e as perspectivas de luta nas novas condições criadas pelos resultados das eleições de 5 de Outubro.

● Eleições nas Regiões Autónomas

As eleições nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, onde se realizaram simultaneamente os actos eleitorais para as Assembleias Regionais tiveram lugar em situações extremamente difíceis, como tem sucedido anteriormente, em virtude do clima antidemocrático imposto pelos Governos regionais do PPD.

A eleição, pela primeira vez, de um deputado do Partido à Assembleia Regional da Madeira é o fruto de um persistente esforço dos comunistas e outros democratas que lutam nessa região.

A maior implantação do Partido e consequente aumento da sua capacidade de intervenção na vida política das Regiões Autónomas, que os resultados eleitorais agora verificados confirmam, abre novas possibilidades à actuação das forças democráticas nestas Regiões.

5 Continuar a luta preparar novas batalhas

Em consequência dos resultados eleitorais, a situação política tornou-se ainda mais complexa e perigosa. A reacção reforçou as suas posições a partir das quais procurará realizar o seu plano subversivo. Mas a democracia continua a ter forças capazes de sustentar a ofensiva reaccionária e de conduzir finalmente a uma viragem política que assegure o prosseguimento do Portugal de Abril.

● Novos problemas e perigos

Os resultados das eleições com a continuação da maioria da «AD» na Assembleia da República e a permanência do Governo Sá Carneiro/F. do Amaral representam novos e graves problemas para o povo e para o País e agravam os perigos que pesam sobre a democracia.

Pelo menos até às eleições presidenciais, é previsível que o Governo «AD» mantenha algumas das concessões feitas imediatamente antes das eleições. Mas em breve essas concessões serão liquidadas, porque elas não se inserem numa política voltada para a solução dos problemas das classes e camadas agora beneficiadas, mas de medidas demagógicas tomadas conjuntamente com fins eleitoralistas.

As consequências inevitáveis do prosseguimento do Governo «AD» serão o agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, as crescentes dificuldades e problemas dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, comerciantes e industriais, a continuação do processo de deterioração das condições de vida e de trabalho dos intelectuais e quadros técnicos, o breve desfazer das ilusões de desempregados, reformados, deficientes, e de todos os que receberam agora o benefício das medidas demagógicas tomadas pelo Governo.

Ao mesmo tempo, o plano subversivo que a Aliança reaccionária começou a pôr em prática depois das eleições intercalares terá novos e rápidos desenvolvimentos.

A ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, contra as liberdades, contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária, será intensificada.

Será retomado o plano (que em 1979 foi conjurado pela luta popular e pelo funcionamento das instituições) para liquidação definitiva do carácter democrático das eleições (mediante novas leis eleitorais).

A submissão de Portugal ao imperialismo será intensificada.

Por detrás da fachada pseudodemocrática da «AD», é o perigo do fascismo que ameaça Portugal.

Entretanto, se é errado menosprezar a ameaça do fascismo, é igualmente errado sobrestimar essa ameaça. O perigo existe mas não é iminente e pode ser conjurado.

● Mudança qualitativa

Os resultados das eleições de 5 de Outubro não comportam porém apenas um agravamento da situação. Representam uma mudança qualitativa na vida política nacional.

Nos últimos anos, os partidos reaccionários, defensores e representantes do grande capital e dos antigos grupos monopolistas (associados ao imperialismo) e dos latifundiários tinham conseguido tomar uma parte do poder político (Assembleia da República e governo).

Mas não só essa situação era precária e de possível correcção a curto prazo (perspectiva das eleições de 1980) como não tinham ainda uma posição hegemónica, porque não conseguiram controlar e dominar dois outros importantes órgãos de soberania: Presidência da República e Conselho da Revolução.

Com as eleições de 5 de Outubro as forças reaccionárias conseguiram consolidar as suas posições na

Assembleia e no Governo e lançam-se agora ao assalto contra os dois outros órgãos do poder político: para liquidar um (o Conselho da Revolução) e para tomar conta do outro (Presidência da República).

Se os partidos reaccionários conseguissem estes objectivos isso significaria a reconquista total do poder político pelo grande capital e pelos grandes proprietários, ficando extremamente facilitada a revisão inconstitucional da Constituição, a restauração a curto prazo do capitalismo monopolista de Estado, a imposição de graves restrições às liberdades e direitos dos cidadãos, a liquidação das conquistas do 25 de Abril, o caminho para a instauração de uma nova ditadura.

● Eleições presidenciais

Nesta situação, criada pelos resultados das eleições legislativas, as eleições presidenciais adquirem ainda maior importância como uma nova batalha política em que pode consumir-se ou derrotar-se o plano de conquista do poder político pelos partidos reaccionários representantes do grande capital monopolista, dos latifundiários, do imperialismo.

A derrota do candidato da «AD» nas eleições presidenciais pode constituir um passo decisivo para barrar o avanço da reacção e do fascismo.

O CC examinou atentamente as opiniões expressas pelos militantes nas reuniões e plenários de organismos e organizações.

O CC concluiu que a tarefa central, decisiva e prioritária das forças democráticas, dos trabalhadores e do Povo português é derrotar e impedir, portanto, a eleição do candidato da «AD», general Soares Carneiro.

Este objectivo pode ser alcançado.

A «AD», que propôs Soares Carneiro, teve menos votos (mesmo juntado-se-lhe as outras forças reaccionárias) do que as forças antifascistas no seu conjunto. Além disso, muitos eleitores que votaram na «AD» não votaram em Soares Carneiro.

Existe a possibilidade real de derrotar Soares Carneiro nas eleições presidenciais.

O CC determinará as formas e métodos de intervir nas eleições presidenciais tendo como preocupação básica contribuir com eficiência para esse objectivo.

O CC promoverá o prosseguimento da discussão no Partido dos problemas relativos às eleições presidenciais.

O CC resolveu convocar para o dia 25 de Outubro uma Conferência Nacional do PCP tendo como ordem de trabalhos o exame da situação política e a determinação em definitivo da atitude do PCP em relação às eleições presidenciais.

● Organização e luta de massas

As eleições presidenciais constituem uma importante batalha para a democracia portuguesa.

Mas seria errado considerar que tudo depende dessas eleições e que o Povo português e as forças democráticas não têm outras formas de acção, de luta, de intervenção na vida política para derrotar a reacção e acabar por determinar finalmente uma alternativa democrática.

A luta de massas continua a ser uma forma determinante da luta social e política. A organização continua a ser um instrumento e uma força essenciais do movimento operário, popular e democrático.

É uma verdade incontestável que as grandes conquistas democráticas alcançadas com a Revolução se devem essencialmente ao elevado nível de organização e às grandiosas e heróicas lutas da classe operária e das massas populares.

É outra verdade incontestável que, nos últimos anos, se não fosse a forte organização do movimento operário e popular e a luta constante e heróica da classe operária e das massas populares, as forças reaccionárias teriam já

conseguido liquidar as conquistas de Abril (as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão, os direitos dos trabalhadores), e o regime democrático.

O reforço da organização do movimento operário, popular e democrático em todas as frentes e as lutas de massas nas formas adequadas continuam a ser de importância fundamental para conter o passo à reacção, interromper o avanço da «AD», e levar a cabo finalmente uma viragem democrática na política nacional.

A luta do PCP e do Povo português continua a travar-se no quadro da Constituição, das instituições e da legalidade democrática.

O cumprimento da Constituição, lei fundamental do País, é obrigatório para todos os cidadãos. É também obrigatório para o Governo.

As decisões inconstitucionais, ilegais e subversivas do Governo são nulas por sua natureza. É inteiramente legítimo dar-lhes combate.

● Unidade dos trabalhadores e dos democratas

A unidade dos trabalhadores, a unidade dos democratas, a unidade dos antifascistas, constituem factores essenciais na luta contra a reacção.

O CC chama a atenção para a necessidade da defesa e reforço da unidade sindical em torno da CGTP-IN e do carácter unitário das Comissões de Trabalhadores e de outros organismos unitários.

A activação das organizações sindicais e de outras organizações de classe, das comissões de moradores e de outras estruturas populares de base, é da máxima importância na actual conjuntura.

O CC chama a atenção para a necessidade do reforço das alianças da classe operária com o campesinato e as classes médias.

O resultado das eleições indica a necessidade de ultrapassar certas manifestações de sectarismo de forma a encabeçar com firmeza a defesa dos interesses das classes e camadas não-monopolistas.

O CC chama a atenção para a necessidade do reforço de todas as formas de organização unitária: organizações de camponeses, de intelectuais, das classes médias, da juventude, das mulheres, de estratos mais desfavorecidos como desempregados, reformados e deficientes, assim como organizações de carácter cultural e desportivo.

Os novos perigos que, pelos resultados das eleições, pesam sobre o regime democrático desenvolvem sentimentos unitários nos mais variados sectores antifascistas. Observa-se uma forte tendência entre socialistas para uma aproximação com os comunistas.

O CC insiste na necessidade imperiosa da aproximação, do acordo e da acção comum de todos os democratas.

Apesar das posições negativas dos dirigentes do PS, o CC insiste na disposição do PCP de examinar sempre e a qualquer momento com o PS todos os problemas relativos à luta contra os partidos reaccionários, contra o perigo do fascismo e pela defesa, consolidação e prosseguimento do regime democrático consagrado na Constituição da República.

● O reforço do Partido

O reforço do Partido adquire um papel decisivo na situação presente e na perspectiva previsível a curto e a médio prazo.

Precisamente pela unidade, pela forma orgânica, pelas raízes profundas nas classes trabalhadoras, pela influência, pela capacidade de mobilização de massas, pelo papel insubstituível que o PCP desempenha na vida nacional, as forças reaccionárias, a par das forças reformistas, aproveitando os resultados das eleições,

relançam toda uma ofensiva política e ideológica para enfraquecer o Partido, afectar o seu enorme prestígio, autoridade e influência de massas.

O PCP mostra, entretanto, pela sua acção, ser o principal baluarte dos trabalhadores, das conquistas de Abril.

A campanha eleitoral, os resultados das eleições, a dinâmica, militância e capacidade de mobilização do PCP e do movimento operário, a política defendida pelas várias forças, a confirmação como falsa da alternativa do PS sozinho, as novas tentativas de alianças ou «consensos» entre o PS e a «AD», — **confirmam o PCP como uma força necessária, indispensável e insubstituível na democracia portuguesa.**

Nos debates realizados para análise das eleições de 5 de Outubro, numerosos militantes, com a noção do papel da responsabilidade do Partido, propõem medidas para o reforço do trabalho partidário.

O CC decidiu o aprofundamento ulterior do exame destes problemas, mas desde já considerou como tarefas práticas imediatas:

— **no trabalho de direcção**, reforço do trabalho colectivo em todos os escalões, a ligação mais estreita dos organismos executivos do CC com as organizações e a base do Partido, o melhoramento da informação de todo o Partido ao CC, uma relação correcta entre

a grande margem de iniciativa de todas as organizações e militantes e a reserva da decisão dos organismos responsáveis em questões fundamentais;

— **no trabalho de organização**, o melhoramento urgente do funcionamento e actividade das células de empresa, um esforço geral de estruturação, a integração efectiva no trabalho partidário de camaradas desligados, a reanimação da vida e do poder de atracção de centros de trabalho do Partido;

— **no estilo de trabalho**, a justa associação entre o trabalho executivo e o estudo e exame atento dos problemas, a luta firme contra o sectarismo, a intolerância, os métodos burocráticos, a imposição de ideias, a rotina e o trefismo, a rectificação de situações de enconchamento interno de organizações, um esforço de constante abertura das organizações para o diálogo e para as massas;

— **no trabalho ideológico**, um esclarecimento mais fundamentado da política e das posições do Partido, o desmascaramento da ideologia, da política e da prática do fascismo, o esclarecimento do conteúdo de classe e dos objectivos da social-democracia e das correntes pseudo-revolucionárias, uma resposta mais

pronta à ofensiva anticomunista nas suas novas expressões, incluindo a pressão ideológica da reacção e do reformismo no sentido da marginalização do PCP pela invocada razão de se não converter ao chamado «eurocomunismo».

Defrontando a violência da campanha anticomunista, o PCP contando com um colectivo unido, militante, combativo e experimentado, com uma sólida base de apoio operário e popular, apoiado, em condições particularmente desvantajosas, no quadro da APU, por mais de 1 milhão de eleitores, continuará firmemente a luta em defesa do Portugal de Abril, em defesa do Povo e da Pátria.

Nas novas condições criadas pelos resultados das eleições do 5 de Outubro, o PCP continua a levantar com determinação a bandeira da luta contra a reacção e o fascismo, para derrotar o plano inconstitucional e subversivo da «AD», para provocar uma viragem democrática e uma alternativa democrática, para vencer as dificuldades actuais e assegurar a construção de um Portugal livre, democrático e independente, rumo ao Socialismo.

14 de Outubro de 1980

**O COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**

